

Acção Socialista



N.º 1290 29 Setembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

MARIA DE LURDES RODRIGUES, MINISTRA DA EDUCAÇÃO

“O combate ao insucesso escolar é uma batalha prioritária”

PÁGINA 2



Em entrevista ao “Acção Socialista”, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, anuncia que no próximo ano lectivo a cobertura da acção social escolar vai ser estendida a mais alunos do ensino secundário. A responsável pela pasta da Educação reafirma a aposta do Governo no aumento dos cursos profissionais, na modernização do parque escolar e num redobrado desenvolvimento do Plano Tecnológico, nomeadamente ao nível da modernização e reequipamento das escolas.

Federação de Leiria 10
“O PS tem dominado a agenda política do distrito”



Debate com o PM 8
Governo lança segunda geração de lojas do cidadão

Parlamento 17
GP/PS apresenta “Leis da República 2006/07”



OPINIÃO

CARLOS ZORRINHO,
SÓNIA SANFONA,
BRAVO NICO,
ARMANDO FRANÇA,
ANTÓNIO GALAMBA,
LUÍS VAZ

RICARDO RODRIGUES, COORDENADOR DO GP/PS DA 1ª COMISSÃO



“Combater a inércia do sistema de justiça”

19

JOSÉ LUÍS CARNEIRO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE BAIÃO

“Correspondemos às necessidades dos nossos concidadãos”



7

SUPLEMENTO



“O combate ao insucesso esco

“Este Governo está a concretizar um programa de modernização das escolas do ensino básico ao secundário que é global, abrangente, sistemático e duradouro”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, afirma não ter dúvidas de que as reformas que o ministério tem vindo a introduzir no sistema de ensino vão ajudar a preparar melhor as futuras gerações e tornar Portugal mais apto para enfrentar os desafios da globalização.

Graças a um conjunto de medidas aprovadas, tendo em vista o combate ao insucesso e abandono escolares, o número de alunos matriculados no ano lectivo de 2006/07 aumentou em mais de 21 mil em relação ao ano anterior.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Modernizar o sistema de ensino, na perspectiva do Governo, passa também em grande medida pelo encerramento de algumas escolas. Esta é uma política que é para prosseguir ou já se alcançou o ponto desejado?

A iniciativa de encerrar alguns estabelecimentos de ensino não é uma novidade que se possa atribuir em exclusivo a este Governo. É algo que há mais de 20 anos os sucessivos Ministérios da Educação (ME) têm vindo a reivindicar e a apontar como uma boa solução. Refiro-me, é claro, ao encerramento de escolas que não dispõem de mais do que dez alunos.

Duas décadas passadas, e embora se mantenha o quadro normativo, digamos assim, é dificilmente defensável que uma escola se deva manter em actividade quando não dispõe, pelo menos, cerca de cem alunos.

Abaixo deste número, a escola será sempre mais pobre, sobretudo ao nível dos recursos escolares, e onde será também sempre mais difícil fazer chegar um conjunto de actividades de enriquecimento curricular, aspectos que as crianças hoje necessitam em absoluto.

A escola não tem portanto que ser um equipamento de proximidade?

Diria que essa premissa não será a mais importante. As escolas com reduzidas dimensões não me parecem que possam constituir bons contextos de aprendizagem e de ensino.

Era por isso urgente encerrar as escolas, sobretudo aquelas que combinavam a pequena dimensão com o isolamento e o insucesso escolar. Foi, aliás, pegando nestes pressupostos que começámos a encerrar algumas unidades escolares.

Nós identificámos inicialmente

500 destas escolas de reduzida dimensão, isoladas e onde o insucesso escolar era muito superior à média nacional. Foi por estas que começámos, solicitando às direcções regionais que em conjunto com as autarquias locais promovessem a procura de soluções para estes alunos.

Mas o número de escolas encerradas acabou por ser o ano passado muito superior ao número inicialmente previsto?

De facto, deste trabalho conjunto entre o Ministério da Educação, através das diversas direcções regionais e as câmaras municipais resultou em 2006 no encerramento de 1500 escolas, num trabalho que envolveu mais de 200 autarquias. Todos os intervenientes perceberam então que havia enormes vantagens em concentrar os alunos em centros escolares de maior dimensão, passando as crianças a ter acesso, não apenas à possibilidade de brincarem com mais amigos, mas também a um conjunto mais vasto de recursos escolares.

Contudo, algumas edilidades e associações de pais têm vindo a contestar o encerramento de escolas. Qual tem sido a postura do ME perante estas objecções?

Temos feito inúmeras reuniões, quer com as autarquias, quer com as associações de pais e de encarregados de educação. O que constatamos é que se trata de uma pequena minoria que contesta este processo de encerramento de escolas, porque a grande maioria já reconhece que os benefícios entretanto alcançados representam uma extraordinária mais valia quer para as crianças – o que é o aspecto mais importante –, quer para os próprios pais e até para os professores.

Este ano estamos a prosseguir com o encerramento de mais algumas escolas, se bem que em



número mais reduzido. Também desta vez estamos confrontados com um ou outro bloqueio, uma ou outra contestação, situação que pensamos poder ultrapassar através de um diálogo sério e aprofundado, quer com as autarquias locais, quer com os pais dos alunos.

Mas modernizar e otimizar o sistema de ensino, como pretende o ME, circunscreve-se apenas ao encerramento de escolas ou passa por outras premissas?

É claro que encerrar escolas representa apenas e tão-só um primeiro passo. Indispensável, sem dúvida, mas um primeiro passo.

O nosso trabalho com as autarquias foi e continua a projectar-se muito para além disso, nomeadamente na procura de soluções para as escolas que foram ou que possam vir ainda a ser fechadas, mas também na elaboração das cartas educativas ou ainda nos protocolos que temos vindo a estabelecer com as câmaras municipais tendo em vista a aprovação dos Programas

Operacionais Regionais, sobretudo no que respeita ao apoio a dar às autarquias na construção dos centros escolares.

Será oportuno referir que este conjunto de iniciativas mais não visa do que ajudar a preparar as soluções de futuro, soluções essas que ainda não estão no terreno.

Quantas escolas foram até agora encerradas?

Mais de duas mil. Não foram três ou quatro. Foram mais de duas mil até agora. É por isso que não é totalmente descabido afirmar-se, perante a dimensão que este movimento já atingiu, que os casos de desconforto ou até de contestação que conhecemos representam um movimento reduzido e de pequena expressão. A política deste ministério em relação a esta problemática continua a ser a de apostar no diálogo com autarquias e com as associações de pais.

De facto, se ainda nos encontramos numa fase intermédia e já conseguimos resultados tão

importantes e motivadores, não vejo razão alguma para não prosseguirmos neste caminho tendo em vista podermos a breve prazo desenvolver aquelas que julgamos poderem ser as soluções de futuro para o ensino.

Segundo dados recentes, foram cerca de 45 mil os professores que não conseguiram colocação. Como é que o ME encarar esta situação?

Desde há três anos que já realizamos outros tantos concursos, e em qualquer deles foi mais ou menos esse o número de diplomados que ficou por colocar.

Não estamos a falar de nada que seja realmente novo. O que podemos constatar é que continua a haver uma enorme pressão sobre os concursos do Ministério da Educação que em certa medida corresponde a uma procura de emprego por parte de jovens diplomados, o que não significa, forçosamente, que sejam pessoas que estejam no desemprego.

“Aprender é uma batalha prioritária”



Aliás, as estatísticas do Instituto de Emprego dizem-nos que o número de professores registados à procura de emprego tem vindo a diminuir desde 2005 para cá.

De facto, em 2004 eram cerca de 18 mil os professores registados no desemprego, em 2005 15 mil, em 2006 já só foram registados 12 mil e este ano não mais de 6 mil estão nas estatísticas do Instituto de Emprego (embora o ano de 2007 não tenha ainda chegado ao fim).

Existem diferenças ao nível das qualificações dos vários candidatos ou estamos só perante diplomados vocacionados para o ensino?

De entre todos estes candidatos que todos os anos se apresentam aos concursos é aconselhável, de facto, fazer as necessárias distinções. Com efeito, se parte deles tem as qualificações adequadas para poderem ser professores, são pessoas que se diplomaram e se habilitaram para poder exercer a docência – havendo aqui casos

com experiência e casos onde essa experiência não existe –, outros casos há em que os candidatos, tendo uma licenciatura, não possuem, contudo, nem experiência de ensino, nem tão pouco às suas habilitações académicas apontavam inicialmente para a docência. São jovens, em suma, que após a conclusão da sua licenciatura procuram no ensino uma saída para as suas vidas profissionais, o que nem sempre é possível satisfazer, uma vez que nos confrontamos com algo que todos certamente entendem: trata-se de um quadro onde temos que gerir a procura e a oferta, e onde a oferta é mais pequena do que a procura.

O que é importante é que as vagas que existam passem a ser do conhecimento público para que os candidatos saibam de forma clara quais as vagas existentes e quais os verdadeiros níveis de empregabilidade na docência.

Sempre me tenho batido pela divulgação destes números, apesar de também saber que logo que são

conhecidos sofrem de imediato uma contestação. Mas entre não serem divulgados ou divulgados de forma pouco esclarecedora, tenho sempre dito que prefiro que os números sejam conhecidos e de forma clara e inequívoca. Com esta objectividade certamente que reduziríamos as enormes pressões que este processo acarreta, não só para o ME, mas sobretudo para os candidatos.

O que o Ministério da Educação não pode é criar lugares artificiais. O país exige eficiência e rigor e, sobretudo, uma boa gestão dos recursos. Não podemos criar lugares quando não existem.

Haverá, talvez, algum potencial de crescimento a breve prazo, quer ao nível dos educadores de infância, quer ao nível do ensino secundário, sobretudo nos cursos profissionais. Mas para já não vejo outras áreas onde possamos abrir novos lugares de docência.

E quanto aos contratos de autonomia, o que se passa?

“Há mais de vinte anos que o país decidiu que as escolas com menos de dez alunos deviam encerrar”

“Uma escola com menos de cem alunos é uma escola mais pobre, onde é mais difícil fazer chegar um conjunto de actividades de enriquecimento curricular”

um projecto de trabalho que visa melhorar a sua própria qualidade, e, por outro, o contrato de autonomia, que é um instrumento que traduz esse programa de trabalho.

Foi este passo que demos com 22 escolas que estão a servir de piloto para que de futuro possamos alargar estas acções a outras unidades escolares. Mas o mais importante aqui é salientar que estes contratos pretendem estabelecer o compromisso de que as escolas assumam a melhoria dos resultados com os seus alunos, porque o que mais desejamos é transmitir às escolas que confiamos plenamente no seu trabalho, algo que só poderá ser alcançado numa base de grande estabilidade.

Estabilidade é o que não tem havido com os manuais escolares. Antes os livros escolares passavam de pais para filhos. Agora é todos os anos livros novos. Não se poderá encontrar um meio termo?

A estabilidade a que se refere é a que se verificava antes do 25 de Abril de 1974 e era, como todos sabemos, algo que se fazia à custa da liberdade. Eram manuais muito pobres, quer do ponto de vista da expressão ou do conhecimento que transmitiam, quer na perspectiva que davam da vida e do mundo. Eram de facto livros muito pobres. Não são, portanto, modelos que hoje se possam seguir.

O actual modelo assenta, ao invés, noutros princípios como, por exemplo, no facto de não ser o ME a editar estes livros. Define os programas, é certo, mas depois resta um amplo campo de liberdade de iniciativa, tanto para os professores como para as empresas editoriais.

Com tanta oferta não serão os pais que em última análise ficam prisioneiros das escolhas dos professores?

É verdade, e talvez seja aqui que possa residir alguma perversidade do sistema. A escola e os professores ficam com a liberdade de escolher aquilo que o mercado tem para oferecer e depois a sua escolha condiciona a escolha das famílias.

Ora o que está estabelecido no programa do Governo é o desenvolvimento de dois mecanismos que pretendem, por um lado, supervisionar a qualidade destes instrumentos de ensino e, por outro, desenvolver mecanismos de protecção das famílias.

Há, portanto, uma obrigação do Estado em regular esta actividade que passa pela supervisão da qualidade dos livros escolares prolongando também a sua vigência, de forma a dar às famílias alguma folga, mas ao mesmo tempo empreender acções concretas no sentido de uma efectiva protecção das famílias. É isso que o ME tem vindo a fazer e continuará >>>

Trata-se, como facilmente se pode depreender, de uma aposta séria que pretende que a autonomia das escolas passe a ser gradual e sustentadamente maior face ao Ministério da Educação.

A ideia, recorde-se, começou a ser desenvolvida em 1999, mas infelizmente apenas tinha sido celebrado um contrato.

Perante este quadro, o que o ME está a fazer é responder a dois compromissos estabelecidos e assumidos no programa do Governo: por um lado, montar um sistema de avaliação externa das escolas e, por outro lado, aprofundar a sua autonomia.

O que se pretende é transformar essa autonomia num instrumento que possa ajudar a melhorar o funcionamento das escolas.

É por isso que estes dois vectores têm que estar associados. Por um lado, a avaliação externa que permite estabelecer o ponto de partida da escola, já que é a escola a responsável pela elaboração do programa de desenvolvimento, ou

>>> a fazer, nomeadamente alargando os apoios da acção social escolar e criando assim mais oportunidades às famílias com menores recursos financeiros.

A par destas medidas, criámos também outras regras no sentido de não obrigar as famílias a adquirirem os manuais de determinadas disciplinas, uma vez que podem usar outros meios e instrumentos de ensino (como é o caso da Internet, nalguns casos), os quais devem ser facultados pelos professores.

A modernização do ensino, nomeadamente recorrendo às novas tecnologias, tem sido uma aposta deste Governo. Os quadros interactivos fazem também parte dessa ambição?

A aposta no uso das novas tecnologias no ensino é um compromisso que está consignado no programa do Governo. O quadro interactivo, que para ser potenciado terá sempre que trabalhar ligado à Internet, é mais um instrumento que pretende consubstanciar o desejo do Governo em dotar os centros escolares com novos meios tecnológicos.

Neste momento já foram distribuídos quadros interactivos em todas as escolas do ensino básico e secundário, porque o que se pretende é promover a utilização das tecnologias de informação e comunicação de forma transversal. Criando condição para que em todas as disciplinas estes meios tecnológicos possam ser utilizados, ultrapassando o que era o acantonamento a que as tecnologias estavam votadas no interior da própria escola, proporcionando assim a todos os professores das várias disciplinas a possibilidade de poderem utilizar estes meios.

O Plano Tecnológico passa também pela entrega a professores e alunos de novos computadores sob certas condições. Todavia, o processo tem sido alvo de algumas críticas. Pensa que neste particular há ainda que corrigir alguma coisa?

O que eu acho é que muitas dessas críticas são bastante injustas. O facto hoje evidente para o país é que este Governo conseguiu concretizar uma negociação notável com os diversos operadores de telemóveis e em tempo recorde.

Parece que todos já se esqueceram como tudo se passou há mais de dez anos, quando foram negociadas as atribuições destas licenças. Nessa altura, recorde-se, foram igualmente negociadas as contrapartidas para essas licenças no pressuposto de se constituir um fundo para a criação da sociedade de informação, fundo esse que seria destinado a financiar projectos sobre os quais tanto os operadores como o Governo se deveriam entender, tanto quanto à sua pertinência como quanto à sua prioridade.

Ora, a verdade é que em dez anos não foi possível chegar a qualquer acordo com os operadores nem sobre o montante da dívida, o montante das contrapartidas, nem



sobre os usos a dar a este fundo de investimento.

O que este Governo conseguiu, e em tempo recorde, foi aprovar um acordo com as operadoras no sentido de definir o projecto que ambos considerassem importante para o desenvolvimento da sociedade de informação.

É notável que tivesse havido aqui, não apenas um acordo, mas igualmente um assinalável entusiasmo mútuo, uma vez que as operadoras mostram que estão tão entusiasmadas quanto o Governo com este projecto.

E o que celebra esse protocolo?

Este acordo define que os alunos do ensino secundário, a começar pelos do 10º ano, professores e formandos dos Centros das Novas Oportunidades, vão ter acesso em determinadas condições a computadores ligados à banda larga.

Isto significa que os operadores e o Governo vêem nestes segmentos de população, alunos e professores, como potenciais agentes de desenvolvimento da sociedade de informação.

Esta iniciativa está a permitir

abrir o uso da Internet a mais gente, porque um dos nossos problemas era que Portugal estava neste capítulo muito limitado na utilização deste instrumento em comparação com quase todos os nossos parceiros, quer europeus, quer de outros países desenvolvidos. Se o Governo tirar dividendos desta operação, e tudo indica que tirará, ninguém de bom senso poderá contestar o seu mérito.

Outro dos assuntos de que muito se tem falado respeita ao insucesso escolar. O que se passa neste capítulo?

Eu diria que os resultados obtidos nestes dois últimos anos são muito positivos, medidos por dois indicadores: as taxas de cobertura para os alunos com idades entre os 16 e os 18 anos, taxas essas que aumentaram substancialmente, o que se tem vindo a traduzir por um significativo aumento de presenças de alunos nas nossas escolas básicas e secundárias, mas também através da diversificação da oferta formativa, nomeadamente abrindo novos cursos profissionais ao nível do ensino secundário, atraindo deste modo mais alunos à escola, sendo

certo que muitos deles já estavam perdidos para o ensino. Também no ensino básico fomos capazes de criar milhares de cursos de educação e formação destinados aos jovens, que, tendo mais de 16 anos de idade, não tinham concluído o ensino básico. Também aqui temos vindo a alcançar importantes vitórias.

Estas são, portanto, medidas de combate ao insucesso escolar com resultados que já são hoje visíveis.

Um outro aspecto também muito importante refere-se aos resultados escolares. Aqui há que reafirmar que conseguimos melhorar muito este aspecto, tanto no ano lectivo de 2005/2006 como 2006/2007, o que já se reflecte no aumento do número de candidatos ao ensino superior, que cresceu 20 por cento e alcançou um valor que há doze anos não se registava.

E isto é tanto mais significativo quanto é verdade que também o ensino superior vinha ano após ano a perder alunos, não em resultado da quebra demográfica mas como consequência de o país não estar a ser capaz de alargar as suas taxas de escolarização.

No final deste mês vamos ter os dados estatísticos destes dois anos,

“Nenhum Governo como este investiu tanto na recuperação, modernização e melhoramento do parque escolar”

“Os contratos de autonomia visam alcançar um compromisso com as escolas para que estas melhorarem os resultados escolares dos seus alunos”

relativamente ao número de alunos e aos resultados escolares e é muito gratificante podermos verificar que as medidas que introduzimos se estão a mostrar muito eficazes no combate ao insucesso escolar a vários níveis.

Com o novo Orçamento de Estado à porta, quais são as apostas do ME para 2008?

O que este Orçamento de Estado (OE) nos vai permitir fazer é continuar com o reforço das políticas já iniciadas. Ou seja, vamos ter mais acção social escolar, também para os alunos do ensino secundário, com financiamento não só oriundo do OE mas também de fundos comunitários.

Paralelamente, vamos também poder alargar e criar mais cursos profissionais, com tudo o que isso significa, mas sobretudo vamos empenhar-nos na modernização do nosso parque escolar, continuar a apostar no Plano Tecnológico e no reequipamento das escolas, melhorando assim as ofertas formativas. Estas são algumas de um conjunto de outras iniciativas que vamos empreender durante o próximo ano lectivo.

Costa apresenta plano de saneamento financeiro

LISBOA

Contrair um empréstimo de 500 milhões de euros junto da banca, diminuir em 30 por cento das despesas com contratos de prestação de serviços, aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que nas casas devolutas passará para o dobro, e redução drástica das despesas são algumas das medidas de saneamento financeiro da Câmara de Lisboa anunciadas pelo presidente da autarquia, António Costa.



O PLANO de saneamento das finanças da Câmara passará por um empréstimo de cerca de 500 milhões de euros, a 12 anos, para fazer face aos 444 milhões de dívidas de curto prazo, tendo António Costa sublinhado que este empréstimo será acompanhado de “medidas para que a situação não se repita”.

Outra das medidas é a redução da despesa com funcionários que tenham contrato de prestação de serviços com a autarquia. O objectivo é a redução em 30 por cento da despesa com estes trabalhadores.

“Temos dois tipos de contratos: verdadeiros e próprios contratos de prestação de serviços e contratos de prestação de serviços que disfarçam contratos de trabalho”, afirmou António Costa, adiantando que no segundo caso esses contratos “devem, aliás, nos termos da lei, ser convertidos em contratos de trabalho”.

António Costa anunciou também

que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será cobrado a dobrar nos prédios devolutos, estando os serviços da autarquia a realizar o inventário a apresentar ao Ministério das Finanças.

“Uma boa lista está a ser elaborada para o Ministério das Finanças proceder à cobrança agravada”, disse.

A redução de 30 por cento do valor

dos subsídios prestados pela câmara a associações e outras entidades é outra das medidas contidas no plano de saneamento financeiro, bem como a redução em 50 por cento das transferências da Câmara para as empresas municipais.

“É da reestruturação do sector empresarial que resultará a redução de transferências”, disse António Costa.

O plano de saneamento financeiro vai implicar ainda um corte “imprescindível” na ordem dos 60 por cento nas horas extraordinárias.

“É uma forma normal e prevista na lei. O que não julgamos adequado é a generalização das horas extraordinárias”, defendeu o presidente da Câmara.

António Costa prevê igualmente

CONCURSO PÚBLICO DE IDEIAS PARA O PARQUE MAYER

ANTÓNIO Costa anunciou que a Câmara Municipal de Lisboa vai abrir um concurso público de ideias para seleccionar cinco equipas técnicas, das quais sairá uma que elaborará um Plano de Pormenor para o Parque Mayer.

Manter o Parque Mayer como “um centro de lazer e cultura” em torno da reabilitação do Teatro Capitólio, é, segundo António Costa, o objectivo central do Executivo camarário para o Parque Mayer.

António Costa sublinhou que o projecto a elaborar para o Parque Mayer “terá que funcionar” em articulação

com o Jardim Botânico e a Avenida da Liberdade e com o eixo que vai da Rua do Salitre ao Príncipe Real.

“Trata-se de um quarteirão que terá de ser planeado de forma conjunta e articulada”, frisou.

Quanto ao antigo projecto para o Parque Mayer elaborado pelo arquitecto norte-americano Frank Gerry para o Executivo municipal presidido por Santana Lopes e que custou 2,5 milhões de euros aos cofres da autarquia, António Costa rejeitou-o completamente. “O projecto existente está datado e ultrapassado”, disse.

“A Câmara de Lisboa tem um passivo global de 1,5 mil milhões de euros, dos quais 637 milhões são dívidas a médio prazo”

que o município receba 165 milhões de euros de alienação de património, sublinhando, no entanto, que esta não é uma prioridade.

Os fogos municipais são uma excepção, onde haverá uma “implementação de políticas de alienação”, com o produto resultante da venda das casas a ser investido na recuperação dos bairros ou de outras áreas críticas da cidade.

A autarquia quer ainda poupar com o arrendamento de instalações, tendo como meta que “em 2012 todos os serviços estejam sedeados em edifícios propriedade do município, diminuído para zero este tipo de encargos”.

António Costa salientou igualmente a necessidade de se realizarem “orçamentos realistas”, o que, frisou, não tem acontecido.

“Esta terapia dura é a terapia necessária para podermos ter solidez nas nossas finanças, realismo nos projectos e ambição quanto ao futuro da cidade de Lisboa”, disse ainda.

O plano de saneamento financeiro será apresentado em reunião de Câmara a 3 de Outubro e, caso seja aprovado, estará em condições de ser discutido na Assembleia Municipal dia 16 de Outubro, de acordo com António Costa, que apelou ao “grande sentido de responsabilidade” dos eleitos. J. C. C. B.

Ginestal aconselha presidente da Câmara de Viseu a aprender com António Costa

VISEU

O VEREADOR do PS Miguel Ginestal aconselhou o presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, a “aprender” com António Costa, que tem “um mês” à frente da autarquia da capital, porque a ideia do autarca laranja, que já leva 18 anos de mandatos consecutivos, de retirar os automóveis da zona histórica “foi um fracasso”.

O conselho de Miguel Ginestal, que também é deputado na Assembleia da República, surge no âmbito da exposição pública de um conjunto de críticas à câmara de Viseu a propósito da iniciativa “Centro Histórico Sem Carros” que vigorou desde 9 de Agosto até ao passado dia 22 de Setembro.

Miguel Ginestal, que falava em conferência de Imprensa no Centro Histórico, sublinhou que os eleitos do PS não estão contra a ideia de retirar carros do centro histórico durante as noites de sexta-feira



e sábado, como aconteceu, mas defendem outra maneira de fazer as coisas.

Segundo o vereador socialista, a iniciativa foi um “falhanço”, porque “faltou o diálogo com os comerciantes” e faltou ainda “evitar que a medida colhesse os agentes económicos de surpresa” dado ter sido “precipitada e inoportuna”.

E, dando como exemplo a acção de António Costa há um mês à frente da

Câmara de Lisboa, Ginestal disse que na capital, referindo-se à situação da Praça do Comércio, foram tidas em conta a questão dos transportes públicos, a animação da zona e os estacionamento devidamente acautelados.

Durante um mês e meio, o Centro Histórico de Viseu foi vedado ao trânsito automóvel nas noites de sexta-feira e sábado, tendo esta decisão o assentimento da Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu (ACDV), ao contrário dos proprietários de bares e restaurantes que saíram a terreiro para contestar a medida devido à queda abrupta de receitas neste período.

Para os vereadores do PS, o facto de a decisão da autarquia ter colocado em “rota de colisão” a direcção da ACDV e os operadores da área da restauração no Centro Histórico, “deve ainda merecer uma atenção” do presidente Fernando Ruas, quem

tem a “responsabilidade política” de criar condições para o retorno a um “diálogo produtivo” entre os comerciantes.

No entanto, Miguel Ginestal admitiu que a ideia tem validade e pode mesmo ver o período de interdição automóvel alargado, desde que devidamente reflectida, porque “neste momento estamos longe disso”.

Para “melhorar” a iniciativa, que Fernando Ruas já disse que vai ser continuada no próximo Verão, o PS vai avançar com uma série de propostas no Executivo camarário, que passam pela melhoria do estacionamento, pelos transportes públicos, animação ou ainda a abertura de museus e igrejas durante os períodos de interdição automóvel.

Ginestal quer ainda que a Unidade de Acompanhamento e Coordenação de Viseu (UAC), criada no âmbito de uma parceria entre a autarquia e os comerciantes, possa “assumir um papel activo de liderança” na gestão do Centro Histórico sem carros.

OPINIÃO



SÓNIA SANFONA
Deputado do PS

Estabelece-se uma dupla via de ingresso no CEJ, uma baseada nas habilitações académicas obtidas e outra baseada na experiência adquirida, qualificada e relevante para o exercício da profissão

REFORMA DA LEI DO CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Valorização das magistraturas e reforço da confiança dos cidadãos na justiça

CONSENSUALMENTE reclamada, a reforma da legislação relativa ao ingresso nas magistraturas e à formação dos magistrados, com vista à sua modernização e melhor adequação à actualidade, nacional e internacional, justifica-se amplamente, mercê de uma série de dificuldades que vêm sendo detectadas nesta matéria.

Veio esta reforma finalmente, ontem, dia 27 de Setembro, a ser efectivamente realizada pelo Governo do Partido Socialista, integrada numa mais ampla reforma de todo o sistema judiciário, esta inscrita no programa de Governo e assim praticamente concluída, decorridos que estão cerca de dois anos e meio desde início da legislatura.

Assim, através da Proposta de Lei n.º 156/X/2ª, que visa a regulação do ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, o Governo veio dar resposta às críticas e deficiências que há muito vêm sendo apontadas ao regime em vigor.

Na verdade, a necessidade de readaptação do modelo institucional vigente, que contudo se mantém na sua estrutura fundamental, resulta de um diagnóstico objectivo e sério, fundado na verificação prática de que o regime de ingresso e formação dos magistrados se encontrava desadequado das necessidades do sistema e arredado das opções que ao nível europeu há muito foram adoptadas.

De entre as regras vigentes ressaltam como mais problemáticas desde logo o período de intervalo de dois anos após a conclusão da licenciatura em direito, obrigatoriamente observável, para que os interessados se possam candidatar ao ingresso.

Este período tem-se revelado perverso e amplamente contributivo para a sucessiva perda de qualidade dos candidatos, que, obrigados a aguardar dois anos para acederem ao CEJ, optam por outras vias profissionais.

Conjugada esta exigência com a inviabilidade de acesso com base na experiência adquirida, qualificada e relevante para o exercício da profissão, o saber especializado e aprendido fazendo, a lei deixava de fora muitos putativos candidatos que ao longo da sua vida puderam pelas mais diversas vias apreender o verdadeiro sentido do exercício de uma magistratura, e, bem assim aqueles que, pela experiência, adquiriram condições relevantes para poderem vir a prestar às magistraturas um serviço prestimoso, colocando ao serviço dos cidadãos a mais valia que representa o seu saber e a sua vivência.

Deste modo, a proposta vem precisamente valorizar estas condições, estabelecendo uma dupla via de ingresso no CEJ; uma baseada nas

habilitações académicas obtidas e outra baseada na experiência adquirida, qualificada e relevante para o exercício da profissão.

Outra importante alteração prende-se com o momento de opção por parte do candidato, pela magistratura judicial ou do Ministério Público, que, ocorrendo, até agora, num momento muito avançado do percurso formativo, desguarnecia a valorização equitativa de ambas as magistraturas, relegando, em regra, a magistratura do ministério público para um patamar inferior.

Com esta proposta, a opção passará a ser efectuada no início da formação, permitindo inclusivamente o estabelecimento de um plano pessoal de formação, traçado pelo auditor de justiça e pelo CEJ, abrindo espaço a uma formação mais acompanhada e preferivelmente especializada para os magistrados que venham a ingressar em Tribunais de competência especializada, o que igualmente se preconiza na proposta.

Finalmente, e cingindo-me apenas às alterações que considero mais importantes, importa evidenciar as soluções propostas ao nível da formação dos futuros magistrados. Com esta proposta, estes passarão a aceder a uma formação contínua, ao longo de toda a sua carreira profissional, formação esta que passará pelo aumento do período de estágio, pela realização do estágio em diversas entidades judiciárias (tribunais) e não judiciárias, como bancos, seguradoras, estabelecimentos prisionais ou centros de segurança social, o que lhes permitirá uma experiência muito mais abrangente e a possibilidade de uma apreensão da realidade social que até hoje lhes estava vedada, ou ainda pela possibilidade de formação “conjunta” com outras profissões forenses, potenciando a coesão e interacção entre todos, e que trará claramente uma ampla compreensão mútua relativamente ao papel que cada uma desempenha no sistema.

Estas e outras alterações preconizadas nesta proposta dão corpo, não só aos compromissos assumidos em sede de acordo parlamentar com o PSD para a reforma da justiça, como não se afastam das soluções apresentadas no Documento Orientador da Reforma da Lei do Centro de Estudos Judiciários.

Deste modo, plasma-se definitivamente o entendimento de que o magistrado não é uma puro e simples técnico aplicador da lei, sem mais, reconhecendo-se que a valorização da sua experiência, da diversidade dos seus conhecimentos e da sua efectiva proximidade com a realidade social em que vivemos, lhe atribui uma maior valorização e lhe confere condições de administrar a justiça em nome do povo de modo a reforçar a confiança dos cidadãos nessa mesma Justiça.

Estamos, pois, no caminho certo.

Sócrates na ONU defende abolição mundial da pena de morte



É PRECISO proceder à completa abolição, a nível mundial, da pena de morte e mobilizar mais meios para as missões das Nações Unidas, para a erradicação da pobreza e para a consolidação de Timor enquanto nação. Este o apelo lançado por José Sócrates, no discurso que proferiu na ONU na qualidade de presidente em exercício da União Europeia (UE).

Na abertura da 62ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque, o primeiro-ministro português abordou as principais questões da agenda da política externa europeia e referiu-se às prioridades da presidência portuguesa, como a cimeira UE/África (em Dezembro) e o processo de autonomia do Kosovo.

Expressou também, em nome da União, a sua “solidariedade com o povo da Birmânia”, exortando as autoridades birmanesas a “respeitarem os direitos humanos e especialmente a não exercerem qualquer forma de violência sobre cidadãos que se manifestam pacificamente”.

Na sua intervenção, Sócrates defendeu o primado do direito internacional, do multilateralismo e das Nações Unidas para a resolução das grandes questões globais, tanto as de carácter ambiental, quanto as de carácter.

E deixou uma mensagem clara perante a Assembleia: “Se há ensinamento que a passagem para o século XXI nos trouxe foi o de que os desafios globais exigem respostas globais e um multilateralismo efectivo, que se joga aqui, nas Nações Unidas e com as

Nações Unidas”.

O cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para um desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza – que classificou como “o principal desígnio mundial” – serviu ao chefe do Executivo português para advogar a importância da cimeira UE/África (em Dezembro, em Lisboa), dizendo que os dois continentes pretendem definir uma “estratégia conjunta” e “ambiciosa”.

No que diz respeito ao combate à pobreza e aos direitos humanos, José Sócrates manifestou apoio ao Tribunal Penal Internacional, alertou para a necessidade de promoção dos direitos das crianças e para a importância de uma maior cooperação com instituições como o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho, manifestando de seguida total apoio às missões das Nações Unidas e da União Africana em palcos como o Dafur, no Chade Oriental e no norte da República Centro Africana.

Solução abrangente para o Kosovo

Quanto ao diferendo no Kosovo, o presidente em exercício da UE preconizou uma solução “política abrangente, democrática e multiétnica”, garantindo depois que a Europa “está preparada para desempenhar um papel de relevo na implementação do estatuto que vier a ser acordado”.

Em relação ao Médio Oriente, Sócrates pediu ac-

ção “rápida” do ponto de vista diplomático, considerou que a estabilização do Líbano contribuirá também para a estabilização da região e referiu que a UE prosseguirá a sua participação “no esforço colectivo exigido por uma situação humanitária e de segurança extremamente precárias”.

“No mesmo sentido, a Europa mantém o seu apoio à promoção da paz, estabilidade e prosperidade no Afeganistão e na região”, acrescentou.

José Sócrates deixou ainda mensagens em defesa de um tratado internacional contra a proliferação de armas, de uma convenção global contra o terrorismo e da estratégia do ex-Presidente da República de Portugal e alto representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro pediu igualmente o apoio da comunidade internacional à consolidação de Timor-Leste enquanto nação, vincando que, apesar de identificar progressos neste pequeno país desde a sua independência, “continua a ser necessária a presença de todos os actores, para garantir a sua segurança e a estabilidade política, económica e social”.

O governante português defendeu também a criação de uma Organização das Nações Unidas para o Ambiente (UNEO).

Na questão do Iraque, assumiu uma perspectiva diferente face à administração de Washington, dizendo que a situação é “precária” em termos de segurança e humanitários. M.R.

“Correspondemos às necessidades dos nossos concidadãos”

Até 2009 a Câmara Municipal de Baião aposta no reordenamento da rede escolar, na qualificação dos centros cívicos das freguesias e na continuidade dos investimentos no abastecimento de água e saneamento, revela José Luís Carneiro, em entrevista ao “Acção Socialista”.

Que balanço faz dos dois anos de presidência da Câmara de Baião?

Temos vindo a qualificar a vida democrática no Município, o que se traduz no respeito pela oposição e no estabelecimento de uma relação de cooperação com as freguesias e com as instituições da sociedade civil assente em regras claras e transparentes. No plano das medidas programáticas destaque a educação. Em 2006, metade do orçamento disponível para investimento foi direccionado a este sector. Elaborámos e aprovámos a Carta Educativa onde estabelecemos o reordenamento da rede. Realizámos obras em todas as escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância de modo a possibilitar a escola a tempo inteiro e a permitir a introdução das refeições escolares e das actividades de enriquecimento curricular; duplicámos as verbas destinadas ao aquecimento, à limpeza e funcionamento das escolas. Garantimos hoje o transporte escolar à maioria das crianças que estão a mais de dois quilómetros da escola e temos soluções partilhadas com as Juntas de Freguesia e com os pais para as crianças que estão abaixo dessa distância. Para se ter uma ideia daquilo que estamos a falar posso dizer que há dois anos atrás, nenhuma criança do 1.º ciclo beneficiava de acção social escolar e 95 por cento das salas de aula apenas funcionava durante a manhã.

Muitos dos constrangimentos que sentimos nos primeiros níveis de ensino desaparecerão com os Centros Escolares. Neste capítulo, já construímos um pólo escolar e já está adjudicado o primeiro Centro Escolar.

Entretanto, em parceria com outras instituições, estamos a trabalhar a montante e a jusante, em termos educativos. Já surgiu a primeira creche no Concelho e está em fase de início de construção uma segunda; aguardámos a aprovação de dois cursos de especialização tecnológica (CET's) e temos cursos de pós-graduação em funcionamento no Concelho.

E que outras políticas sociais colocou em prática?

Na saúde, conseguimos que o Ministério da Saúde assumisse a construção de um novo Centro de Saúde. Adquirimos e equipámos uma Unidade Móvel de Saúde que, em parceria com o Centro de Saúde local e com uma equipa completa de enfermagem, percorre os mais de 500 lugares, dispersos pelas vinte freguesias do Concelho, apoiando os cidadãos que, por indisponibilidade de transporte e/ou de rendimentos, estavam longe dos cuidados primários de saúde.

Para apoiar os cidadãos com mais de 65 anos de idade e com baixos recursos



económicos criámos a “Linha Amiga”, projecto que, 24 horas sobre 24 horas, garante pequenas intervenções (carpintaria, pichelaria, electricidade...) ao nível das condições de habitabilidade. Contudo, porque por vezes estas intervenções não davam respostas a situações mais urgentes e com outros valores financeiros (construção de sanitários; mudança total do telhado de uma habitação; compra de um triciclo motorizado para um cidadão portador de deficiência) instituímos um “Fundo de Solidariedade Social” destinado a estas situações.

Mas, numa entrevista dada ao “AS” como candidato também prometeu inovações em termos de economia. Dadas as limitações das autarquias neste domínio, como tem cumprido este compromisso eleitoral?

Procurámos criar condições favoráveis ao investimento privado. Reduzimos as taxas do IMI e do IMT. Iniciámos a revisão do PDM, com vista a ampliar as zonas industriais e a transformá-las em plataformas logísticas de natureza comercial e empresarial; conseguimos que Baião ficasse integrado no Programa de Intervenção Turística no Douro, o que possibilita um conjunto de vantagens aos investidores públicos e privados. No plano das iniciativas da autarquia procuramos promover os produtos da agricultura tradicional, nomeadamente as carnes e os vinhos da região, com destaque para duas iniciativas que trouxeram a Baião mais de vinte mil pessoas e contribuíram para esgotar muitos desses produtos: a Feira do Fumeiro e do Cozido à Portuguesa (fins Março), e o Festival do Anho Assado e do Arroz do Forno (fins de Julho). Nestas duas iniciativas, divulgámos e comercializámos os vinhos da casta avesso; os espumantes; o fumeiro; o típico anho assado e arroz do forno; os citrinos (laranja da Pala); o artesanato local (bengalas de Gestaço e cestas de Frende), a doçaria, com destaque para o Doce da Teixeira; as casas de Turismo Rural e de Habitação e, naturalmente, aproveitámos para dar a conhecer o nosso património ambiental e cultural, aqui com destaque para a Fundação Eça de Queirós.

No âmbito do turismo, temos orgulho no projecto privado “Douro Palace – Hotel & Resort” ao qual foi reconhecido o estatuto de “projecto Âncora” por parte do Ministério da Economia e que será inaugurado em Maio do próximo ano. Trata-se de um investimento de 7,5 milhões de euros

que criará no imediato trinta postos de trabalho.

Significa então que o tempo das obras e do betão está ultrapassado?

Agora, o que está a acontecer é que as obras públicas que há a fazer têm que fazer parte de uma estratégia sustentada de desenvolvimento, por

um lado, e de garantia de igualdade de oportunidades no acesso a bens públicos essenciais, por outro. Neste domínio, as nossas prioridades têm estado concentradas na qualificação do território: abastecimento de água, saneamento; reforço da rede eléctrica. Em 2006, metade do investimento esteve concentrado na educação e a outra metade no abastecimento de água e saneamento. Em 2007, consolidamos estas linhas de investimento e alargamos as obras à qualificação da rede viária municipal. Nestas três áreas temos cerca de quatro milhões de euros de investimento lançado.

Todos estes investimentos significam que a Câmara tinha uma boa situação financeira?

Não estava em ruptura, é certo, mas, com um orçamento anual da ordem dos 11 milhões de euros, herdámos dívidas e compromissos na ordem dos 10 milhões e 700 mil euros. Em dois anos efectuámos pagamentos na ordem dos 6 milhões de euros. Estávamos a pagar a 60 e a 90 dias e estamos a caminhar para que, no próximo ano, possamos pagar a menos de trinta dias.

As mudanças ao nível do funcionamento da organização permitiram ganhos de eficácia e de eficiência. Por exemplo: em combustível economizámos 27 mil litros, só em 2006.

Está satisfeito com o percurso percorrido?

O ser humano é naturalmente insatisfeito. Porém, sinto que temos vindo a corresponder às necessidades dos nossos concidadãos. E em cada necessidade satisfeita, em cada projecto e compromisso cumprido, há um sentir político muito profundo. Há uma realização pessoal inestimável.

Que projectos até 2009?

Desejamos que o Governo nos ajude a cumprir uma obra que tem mais de vinte anos de sonho e projecto: a ligação de Baião à Ponte da Ermi-da/Resende. Depois, queremos que o Ministério da Saúde avance com a construção do novo Centro de Saúde. Procuraremos materializar o reordenamento da rede escolar, com a construção dos Centros e Pólos Escolares; iniciaremos a qualificação dos centros cívicos das freguesias e será dada continuidade aos investimentos – embora já confiados às Águas de Douro e Paiva – na área do abastecimento de água e saneamento. A concretização destas linhas estratégias colocará, a médio prazo, Baião no caminho da projecção regional e nacional.

OPINIÃO



BRAVO NICO
Deputado do PS

As escolas portuguesas estão renovadas, redignificadas e evidenciam uma alma revigorada pela dimensão axiológica das políticas que foram convidadas a concretizar e pelo sentimento de que hoje estão a cumprir, mais do que no passado, a sua verdadeira missão de escola pública

A NOVA ALMA DA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA

LIBERDADE, Democracia, Igualdade de Oportunidades, Justiça Social e Autonomia são os faróis axiológicos que nortearam o Programa Eleitoral do Partido Socialista e o Programa do Governo, as marcas que as políticas educativas evidenciam e as principais características da nova alma da escola pública portuguesa. São muitas as evidências que suportam esta afirmação: proponho-vos cinco:

Primeira evidência: um maciço investimento na construção de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (creches e jardins-de-infância), no sentido de proceder a uma mais rápida universalização no acesso a este patamar educativo, condição fundamental para garantir a todas as crianças Igualdade de Oportunidades no mais crítico momento da sua vida escolar: o início do percurso de aprendizagem;

Segunda evidência: uma reorganização profunda de toda a arquitectura física e curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, iniciando-se, finalmente, a transformação de um conjunto inorgânico de milhares de escolas primárias degradadas numa moderna e coerente rede de centros escolares. Uma rede que já hoje oferece, universal e gratuitamente, a todas as crianças e respectivas famílias, actividade pedagógica durante todo o dia, alimentação e transportes adequados, espaços requalificados, tecnologia moderna e incorporada nos procedimentos didácticos, docentes em formação permanente nas áreas fundamentais (Matemática, Português e Ensino Científico), momentos específicos para as aprendizagens nas áreas das expressões e uma língua estrangeira, que hoje abrange todos os quatro anos de escolaridade;

Terceira evidência: um ensino secundário mais atento às expectativas dos jovens e das famílias, mais sensível e dialogante com as instituições da sociedade e da economia e mais preocupado com a qualidade do acesso, permanência e sucesso dos estudantes. Nos últimos dois anos, ocorreu um aumento exponencial da oferta formativa de dupla certificação (académica e profissional) e, como consequência dessa proactividade das escolas, assistiu-se a um, consequente e significativo, aumento do número de alunos a frequentar esse nível de ensino. Esta evidente redução do abandono escolar, neste nível de ensino, tem já hoje evidentes consequências na maior proximidade entre as escolas secundárias e o contexto social e económico de que fazem parte, no incremento das parcerias com as instituições locais e no aumento do número de alunos que acedem ao ensino superior;

Quarta evidência: um quarto de milhão de portugueses adultos regressou à Escola, no âmbito do Programa Novas Oportunidades. Uma autêntica migração social em direcção à Escola Pública, que evidencia uma nova atitude dos portugueses (e também das empresas e das instituições sociais) para com a educação, as aprendizagens formais e a qualificação e que é a mais sólida prova de que algo de verdadeiramente estruturante está em profunda mudança na sociedade portuguesa;

Quinta evidência: um início de ano lectivo tranquilo e previsível. Estão já guardadas, na História da Educação em Portugal, as crises educacionais, sociais e políticas dos inícios dos anos lectivos.

As escolas portuguesas estão renovadas, redignificadas e evidenciam uma alma revigorada pela dimensão axiológica das políticas que foram convidadas a concretizar e pelo sentimento de que hoje estão a cumprir, mais do que no passado, a sua verdadeira missão de escola pública.

A Construção do Direito à Educação, em circunstâncias de Igualdade de Oportunidades e de Justiça Social, para todos os cidadãos, no respeito da Autonomia das Escolas e da respectiva acção crítica – de que resulte a promoção da Liberdade de cada indivíduo e o reforço da Democracia – é uma política com alma de esquerda. É esta política que o Partido Socialista está a concretizar na Educação!

OPINIÃO



ARMANDO FRANÇA
Deputado do PS

O Tratado Reformador que vem aí e os anteriores dois Tratados da União, que aliás se vão manter em vigor, não terão, cito do texto do mandato, "carácter constitucional", o que pode muito bem justificar a sua ratificação parlamentar, e tão-só

TRÊS NOTAS DE ACTUALIDADE E UMA DE REFLEXÃO

GOSTARIA de poder contar com a atenção do leitor do "Acção Socialista" para estas notas de actualidade e de reflexão.

A primeira nota de actualidade tem a ver com a presidência portuguesa da União Europeia que, como sabem, se prolongará até ao final deste ano. A presidência portuguesa colocou Portugal, país periférico, verdadeiramente no centro político e estratégico da UE.

Na verdade, a agenda portuguesa para a presidência neste período – agenda que foi discutida e aprovada pela troika das presidências alemã, portuguesa e eslovena e pelos órgãos institucionais da UE – é uma agenda muito difícil e ousada, na medida em que se responsabiliza pela análise, discussão e tomada de decisões políticas sobre importantes temas para o futuro da Europa, para os 500 milhões de cidadãos europeus e para o interesse actual de outros grandes blocos e actores políticos internacionais.

Com efeito, assuntos da agenda como o Tratado Reformador, a Estratégia de Lisboa e as Relações Externas da UE, estas consubstanciadas na realização das cimeiras UE/Brasil (que teve um grande sucesso), UE/África, UE/Rússia, UE/China, UE/Índia e as múltiplas iniciativas com os EUA fazem com que a presidência portuguesa seja vista, no seio da UE, como uma presidência muito importante para o futuro da União e fora da UE como uma presidência que está a ter um importante papel de ponte entre blocos, dinamizadora do diálogo multilateral e do concerto internacional.

Portugal tem estado e vai continuar no centro nevrálgico de grandes decisões europeias e de outras que preocupam a humanidade. Portanto, podemos dizer que regressamos à "barca europeia" (como lhe chamou o nosso Eduardo Lourenço), mas, desta vez, ao leme e assumindo a nossa dimensão universalista, com toda a naturalidade.

A segunda nota de actualidade decorre da primeira. É que para que as coisas tenham corrido e continuem a correr bem, tal só é possível graças à enorme qualidade, capacidade organizativa, saber e experiência dos nossos funcionários, técnicos e diplomatas, à cooperação entre agentes institucionais públicos e privados que se têm empenhado em tudo fazer pela excelência da nossa presidência e à colaboração de muitos portugueses.

E isto, que tem sido reconhecido por políticos de quase todos os Estados-membros que por aqui têm passado com visível afã, só tem sido possível através do indiscutível comando e orientação do nosso primeiro-ministro, José Sócrates, que não se tem poupado a muitas intervenções, a muitas e constantes deslocações e a decisões, bem como ao nosso ministro do Negócios Estrangeiros, Luís Amado, ao secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Lobo Antunes, e ao Governo em geral.

O que falta fazer e concluir na presidência portuguesa é muito ainda, mas o que já está concluído dá-nos total garantia e confiança para o que falta.

A terceira nota de actualidade respeita à condução da política nacional. É claro para todos, poder, oposição e opinião pública em geral, que José Sócrates tem sido um bom presidente da UE e que não tem descurado a política nacional.

Na verdade, o processo reformista do Partido Socialista a que o nosso Governo deitou mãos tem continuado sem vacilar. E é necessário que continue. Na Educação, na Segurança Social, na Saúde, na Justiça, na Economia, nas Finanças, na Administração Pública e em todas as áreas onde ainda haja empecilhos à modernização, à transformação e ao desenvolvimento do país as reformas devem continuar com determinação e clarividência, em paralelo com a presidência portuguesa e com a UE.

A nota de reflexão é sobre o Tratado Reformador da UE. Apesar da sua importância e necessidade imperiosa, há pouco tempo o nosso primeiro-ministro, numa entrevista ao jornal El País, disse a propósito: "... (o Tratado) não é o fim do caminho, e sim um progresso". Assim é.

Com efeito, o projecto de construção europeia é um projecto dinâmico, em constante renovação e de tal modo que o próprio Tratado Reformador terá certamente uma cláusula (como tinha o Tratado Constitucional) a prever a sua própria revisão.

Além disso, importa ter presente que nos termos do mandato que foi conferido à presidência portuguesa, o Tratado Reformador que vem aí e os anteriores dois Tratados da União, que aliás se vão manter em vigor, não terão, cito do texto do mandato, "carácter constitucional", o que pode muito bem justificar a sua ratificação parlamentar, e tão-só.

Mas, como diz o nosso primeiro-ministro, primeiro o Tratado Reformador e só depois a ratificação.

Governo lança segunda geração de lojas do cidadão

DEBATE COM O PM

NO PRIMEIRO debate com o primeiro-ministro da presente sessão legislativa, e já com o novo regimento em vigor, José Sócrates foi ao Parlamento anunciar o lançamento de novas medidas tendentes à desburocratização dos serviços públicos, iniciativas integradas no âmbito do Plano Tecnológico.

Uma primeira medida respeita à criação da segunda geração de lojas do cidadão, acção que o Governo considera importante, já que estes novos equipamentos vão proporcionar, como defendeu, não só uma resposta mais atempada, mas também uma maior liberdade e uma mais fácil relação entre os serviços do Estado e os cidadãos.

A par desta iniciativa, cujo alcance, garantiu o primeiro-ministro, os cidadãos vão poder beneficiar muito em breve, foi ainda anunciada a criação de novos mecanismos que vão propiciar que os médicos de família passem a poder marcar por via electrónica as consultas de especialidade, graças à ligação que se vai estabelecer de todos os centros de saúde aos hospitais. De facto, afirmou José Sócrates, vai passar a ser possível ao médico de família marcar consultas de especialidade por via electrónica, proporcionando deste modo aos utentes do Serviço Nacional de Saúde conhecerem logo ali o dia e a hora a que terão que se deslocar ao hospital mais próximo para uma consulta da especialidade.

No que respeita ao anúncio da abertura das novas lojas do cidadão de segunda geração, o chefe do Governo referiu que a primeira unidade abrirá já no próximo mês de Dezembro, no concelho de Odivelas, e que durante o próximo ano mais 30 lojas do cidadão de segunda geração serão inauguradas.

O primeiro-ministro adiantou ainda que o objectivo do Executivo é ter uma loja do cidadão de segunda geração em todos os concelhos do país.

Na sua intervenção, Sócrates recordou que Portugal encontrase neste momento "na linha da frente" em matéria de governo electrónico, realçando a este propósito o estudo tornado público pela Comissão Europeia, que refere a subida do nosso país em sete lugares nos "rankings" de 2007 e-government, colocando-se assim como o terceiro Estado-membro da UE que mais disponibiliza serviços públicos "on-line".

Para o primeiro-ministro, este sucesso só foi possível graças à aposta do Governo no Plano Tecnológico, cujos resultados, como recordou, são hoje sublinhados e referenciados pelas mais diversas



instituições internacionais.

Plano onde se integram projectos tão importantes como a entrega das declarações de IRS por via electrónica, o Netemprego, a Segurança Social Directa, o Cartão Único do Cidadão, o Passaporte electrónico, o Documento Único Automóvel ou o acesso gratuito ao "Diário da República".

Melhoria dos serviços públicos "on-line"

A modernização e a melhoria do desempenho dos serviços públicos perfazem hoje uma realidade indelmentável. São evidentes, como recordou o primeiro-ministro, as mudanças profundas que em apenas dois anos e meio o Governo foi capaz de introduzir no sentido de aperfeiçoar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Para Sócrates, a revolução tecnológica que o Governo está a desenvolver, ao invés de algumas opiniões, "aumenta os graus de liberdade individual, promove a cidadania e a inclusão" sendo ainda um facto poderoso para o "crescimento e para o sucesso económico do país".

Para se ter uma ideia do alcance que a aposta nas novas tecnologias têm dado para a modernização e enriquecimento da nossa economia, basta lembrar que desde Novembro de 2006 a balança tecnológica portuguesa tem vindo a ser persistentemente positiva, o que significa que Portugal passou a integrar o conjunto de países que exportam mais bens e serviços de base tecnológica do que aqueles que importam.

Foi graças aos avanços que o país foi capaz de fazer, nomeadamente ao nível de modernização da sua Administração Pública, referiu ainda o primeiro-ministro, que tornou possível a Portugal atrair o investimento "das melhores empresas tecnológicas mundiais", como a Microsoft, Cisco ou a Nokia-Siemens.

Em dois anos e meio passámos para o topo da tabela europeia, quer na acessibilidade quer na qualidade da administração elec-

trónica, dados que entretanto foi já sublinhados pela própria Comissão Europeia, como recordou o primeiro-ministro.

O líder parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, começou por enaltecer, na abertura desta terceira sessão legislativa, a translação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional, recordando que o escritor representa para todos os democratas uma figura impar de luta pela liberdade e de um "enorme escritor".

Referindo-se à reforma agora aprovada do funcionamento do Parlamento, o líder da bancada do PS lembrou que esta é a primeira vez na história parlamentar portuguesa que um partido que detém uma maioria absoluta concede maiores poderes de fiscalização política às oposições.

Esta reforma do Parlamento, por impulso do PS, disse, vai proporcionar a abertura de melhores condições para uma nova e melhor produção legislativa por parte de cada um dos deputados, mas vai também "melhorar as condições de acesso e acompanhamento por parte dos eleitores do trabalho desenvolvido pelos eleitos".

Depois de lembrar um conjunto de reformas que a Assembleia da República já aprovou, como é o caso, por exemplo, da lei da paridade, a lei da constituição e acompanhamento do processo europeu, da lei da nacionalidade, das leis eleitorais das regiões Autónomas, dos Açores e da Madeira, da lei da limitação dos mandatos dos eleitos locais, da lei da substituição dos deputados, do regime de incompatibilidades dos deputados, da consagração da entidade reguladora da comunicação social, da lei do protocolo de Estado, da lei dos inquéritos parlamentares, Alberto Martins sublinhou que todos estas reformas, "que perfazem um conjunto articulado de reformas políticas", visam melhorar a qualidade da democracia, mostrando-se confiante de que "estamos a dar os passos certos para que haja mais democracia na democracia portuguesa". R.S.A.

Teixeira dos Santos quer déficit de 2,4 por cento



O “grande objectivo” do Orçamento de Estado para 2008 é colocar o déficit em 2,4 por cento, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sublinhando que tal representaria o valor mais baixo desde 1974.

PARA atingir este objectivo, o ministro apontou como prioridades a consolidação orçamental, o rigor e a contenção da despesa e a aplicação do crescimento da receita na redução do déficit.

Falando numa sessão de esclarecimento promovida pela Federação de Viséu, Teixeira dos Santos referiu que o Orçamento para 2008, que vai ser apresentado na Assembleia da República no próximo dia 12 de Outubro, será alicerçado na “consolidação orçamental” e na “redução da despesa pública”, adiantando que o aumento da receita será canalizado para a redução do déficit.

“Não podemos ter a ideia de que receitas a mais será para gastar mais”,

sustentou, perante uma plateia de cerca de duas centenas de militantes socialistas do distrito de Viséu.

Paralelamente aos objectivos delineados para o Orçamento de Estado de 2008, o ministro das Finanças apontou como fundamentais o apoio à recuperação do crescimento económico e proporcionar “maior dinâmica” às pequenas e médias empresas (PME).

“Já anunciámos a descida da taxa do IRC para as empresas sediadas no interior do país e, no dia 12 de Outubro, vamos anunciar outras medidas que vão sustentar e motivar a recuperação económica”, disse.

Neste encontro com os socialistas de Viséu, Teixeira dos Santos criticou ainda a oposição, que tem apontado como razão para a redução do déficit o aumento das receitas, sustentando que esta situação tem como razão primeira a redução da despesa.

Teixeira dos Santos disse ainda estar confiante de que a “turbulência” nos mercados internacionais, provocada pelo “subprime” no sector imobiliário nos Estados

Unidos da América, não terá “impactos significativos” na economia portuguesa, mas alertou para a necessidade de “estar muito atento” para reagir aos primeiros sinais

À margem da sessão de esclarecimento, o ministro das Finanças teve algumas considerações sobre o novo director-geral dos Impostos, José Azevedo Pereira, tendo referido que espera que este dê continuidade ao trabalho desenvolvido por Paulo Macedo.

“Pela sua vivência, experiência e actividade académica, o novo director-geral dos Impostos tem todas as condições e capacidade para dinamizar o direcção e desenvolver o sistema fiscal, simplificando-o e facilitando o relacionamento com os contribuintes”, disse.

E lembrou, a propósito, que também Paulo Macedo foi criticado no início das suas funções pelas mesmas razões. “Ninguém o conhecia ou reconhecia nele uma actividade na área da fiscalidade”, referiu, sustentando que esta “uma falsa questão porque o importante é a capacidade de liderança”.

Crescimento económico em Portugal foi superior ao da UE

A ACELERAÇÃO do crescimento económico em Portugal foi superior à da União Europeia pelo segundo trimestre consecutivo, afirmou o ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, em declarações aos jornalistas em Aveiro, à margem de um jantar com empresários e autarcas para analisar a realidade económica do distrito.

No entanto, Manuel Pinho disse que “o crescimento económico do país ainda não é o desejado”, mas apontou como positiva a sua aceleração nos

dois últimos trimestres.

Neste quadro, Manuel Pinho concluiu que a economia está no rumo certo, tanto mais que “o Estado está a ser sujeito a uma cura de emagrecimento e são as empresas que estão a reagir e a compensar esse emagrecimento”.

O ministro da Economia adiantou que novas unidades fabris ligadas ao sector energético vão ser criadas no distrito de Aveiro, sublinhando, a propósito, que “a energia, que era um problema, está a ser transformada em novas oportunidades empresariais,

em domínios como os biocombustíveis e o fabrico de painéis solares”.

Falando em Aveiro no âmbito da iniciativa mensal “Economia Presente”, Manuel Pinho fez um balanço dos apoios prestados às empresas do distrito, afirmando que os incentivos, através dos diversos programas de apoio à modernização, “cresceram quase tanto nos últimos dois anos como nos outros cinco anos”. Uma realidade que, na sua opinião, “mostra como o Governo está empenhado em apoiar o tecido empresarial”.

OPINIÃO



ANTÓNIO GALAMBA
Deputado do PS

Ahmadinejad não esteve nas Caldas, mas podia. Porque nas Caldas do actual Presidente de Câmara Municipal, Dr. Fernando Costa, há espaço para todos os que protagonizam o pior dos sistemas políticos e, naturalmente, para o triste espectáculo da campanha eleitoral interna do PSD

AHMADINEJAD NAS CALDAS

BEM sei que é da praxe não comentar as eleições internas de outros partidos políticos, mas a singular elevação do debate “político” nas directas do PSD, desculpa uma incursão no simbolismo das deslocações do candidato Mendes. No mesmo dia em que Luís Filipe Menezes rotulou Marques Mendes de “pequeno ditador”, o Presidente do Irão, Ahmadinejad recebeu um “elogio” por parte do Reitor da Universidade de Columbia, Estados Unidos, no momento em que o apresentava como orador de uma conferência.

Não. O Presidente do Irão não esteve nas Caldas. Quem terminou a campanha eleitoral das directas nas Caldas da Rainha, foi o Dr. Marques Mendes. Escolheu um símbolo do que quer para o Partido e para o País. Um autarca que se vangloria publicamente de cometer ilegalidades, que dá autorizações verbais em jeito de licença de construção e que é responsável por uma escandalosa situação de arbítrio em matéria de urbanismo e de ordenamento do território. O modelo de Marques Mendes é o de um autarca de um município com mais de 40.000 eleitores, que persiste em ter uma Divisão de Projectos e Urbanismo, composta por quatro arquitectos com áreas territoriais atribuídas, sem chefe de Divisão, em que os cidadãos correm o risco de ser tratados de forma diferente em função das interpretações pessoais do Plano Director Municipal (o último do País a ser elaborado) e dos restantes instrumentos jurídicos de edificação e ordenamento do território. O risco de violação do princípio da igualdade e do princípio da justiça é real, a partir do momento em que não existe quem dirima as eventuais divergências de opinião/interpretação dos quatro arquitectos quando confrontados com a aplicação dos instrumentos jurídicos de edificação, de urbanização, de planeamento e de ordenamento do território aos casos concretos. Foi por isso que, após ter proposto, sem êxito, o preenchimento do lugar de Chefe de Divisão de Projectos e Urbanismo, os Vereadores do PS deixaram de votar projectos urbanísticos. O PS não será conivente com o sistema instalado, nem dá cobertura política a um sistema indigno de um Estado Direito Moderno. Um sistema de funcionamento dos serviços municipalizados que, por opção política, impõe a regra do favor, da cunha, do jeito e dos interesses quando dever-se-ia pautar pela transparência, pela igualdade, pela eficácia e pelo rigor. Tudo em nome dos interesses político-partidários do PSD, da manutenção do poder a todo o custo e de uma cultura de gestão autárquica obsoleta e eutrópica. Porque em vésperas de eleições tudo é cobrado.

Ahmadinejad não esteve nas Caldas, mas esteve Marques Mendes ancorado num modelo político de arbítrio, de ilegalidade e de manigâncias. No derradeiro esforço de campanha para as directas, Marques Mendes voltou às Caldas. Em Agosto, estivera na Feira Expotur para instrumentalizar o certame ao serviço dos interesses do PSD, com o animador de serviço a anunciar a presença do “o líder que muitos queriam ver”. Agora regressou para certificar que o modelo que quer para o País é o modelo de gestão autárquica do PSD nas Caldas, tentacular, sem visão, com esquemas e sem modernidade.

Ahmadinejad não esteve nas Caldas, mas podia. Porque nas Caldas do actual Presidente de Câmara Municipal, Dr. Fernando Costa, há espaço para todos os que protagonizam o pior dos sistemas políticos e, naturalmente, para o triste espectáculo da campanha eleitoral interna do PSD, marcado pelo insulto pessoal e pela ausência de propostas políticas para o País.

Ahmadinejad não esteve nas Caldas, mas Luís Filipe Menezes e Marques Mendes vão voltar ao Oeste. Em jeito de provocação típico do Presidente do Irão, o PSD vai organizar o seu Congresso Nacional Extraordinário em Torres Vedras, depois de ter desenvolvido uma brutal campanha contra a construção do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, na Ota. Um projecto que a não ser concretizado frustrará as legítimas expectativas dos cidadãos da região e terá um impacto negativo em diversos projectos económicos, culturais e sociais, exigindo-se que, no mínimo, sejam encontradas contrapartidas que sustentem a estratégia de desenvolvimento que contava com a construção do novo aeroporto.

“O PS tem dominado a a

Fruto do empenho dos seus militantes, o PS de Leiria “é uma organização política que fala para os cidadãos e não para si próprio” e, por isso, “tem dominado a agenda política do distrito, lançando na sociedade o debate dos assuntos que verdadeiramente preocupam as pessoas”, afirma João Paulo Pedrosa. Em entrevista

ao “Acção Socialista”, o líder da Federação de Leiria elogia o Governo por ter implementado “um conjunto de reformas sem precedentes”, diz que José Sócrates é, porventura, o melhor de todos os primeiros-ministros da história do PS e lembra que ser de esquerda é, sobretudo, concretizar “uma luta incessante contra as desigualdades”.

J. C. CASTELO BRANCO

O que é que a sua liderança trouxe de novo à Federação?

Colocar o PS, e as suas propostas políticas, no centro da discussão pública do distrito de Leiria. Desde o congresso do ano passado que o PS tem dominado a agenda política do distrito de Leiria, lançando na sociedade o debate dos assuntos que verdadeiramente preocupam a vida das pessoas, procurando, justamente, encontrar os caminhos e as melhores soluções para os podermos ultrapassar. Ao colocarmos a política ao serviço das pessoas, ao contrário do espectáculo que a direita hoje nos apresenta, foi fácil mobilizar os militantes e empenhá-los na defesa de causas públicas.

Quais as iniciativas lançadas pela Federação nos últimos tempos?

Tal como tínhamos assumido no congresso distrital, o PS empenhou-se na defesa de políticas públicas de interesse nacional com interesse também para o distrito de Leiria. Foi nesse sentido que realizámos um cimeira distrital com o PSD com vista a unirmos esforços para a defesa e valorização de grandes projectos como é o caso do aeroporto na Ota e do TGV.

A acção política tradicional está desgastada e desinteressante, afastada mesmo até das pessoas, porque se usa e abusa da velha tradição tribunícia do século XIX, assente mais na confrontação retórica do que na acção concreta. Um dos méritos, se outros não houvesse, desta cimeira distrital entre do PS e PSD foi, justamente, permitir às pessoas perceber que os partidos políticos cumprem a sua função, ou seja, trabalhar, umas vezes discordando, outras concordando, com vista à satisfação das suas necessidades e à resolução dos seus problemas.

Que acções estão programadas a curto prazo?

Quando se está no Governo os partidos políticos devem ter um papel fundamental na renovação e na alimentação das suas propostas políticas. Por isso agarrámos na proposta de criação de “think

thanks”, formulada pelo nosso secretário-geral no Congresso de Santarém, e estamos a desenvolver, durante quatro meses, um grande debate público sobre a “agonia” natalista em que o país vive e a conseqüente necessidade de reinventar as políticas de família em Portugal. Apesar de este Governo ter sido dos que maior esforço tem feito nesta matéria, a verdade é que sem uma mudança de paradigma na organização da vida social, muito pouco se alterará. Com efeito, na organização da vida social, do trabalho, à escola, passando pelas sociabilidades do quotidiano, nada está elaborado em função das famílias com filhos. Convidámos por isso gente que estuda a demografia, os impostos, a conciliação da vida profissional e familiar, e tantos outros, para apresentarem os seus pontos de vista e colherem os pontos de vista do cidadão que se depara com estes problemas no dia-a-dia. Mas nem só de problemas concretos vive a política, por isso, já no próximo dia 6 de Outubro, em Alcobça, vamos realizar os II Encontros de Setembro, fórum de debate e discussão sobre os problemas de comunicação política nas sociedades modernas. Com um painel vasto e qualificado de gente com grande experiência nestas matérias, vamos procurar compreender como é que é possível conciliar os resultados das reformas políticas do Governo que, obviamente, não podem ser visíveis e sentidas logo no curto prazo, com as exigências do inexorável imediatismo da comunicação em política.

Como são as relações com a JS, o Departamento das Mulheres Socialistas, as concelhias e as secções?

Excelentes. O nosso objectivo é envolver todos nas acções e nas iniciativas que visam fortalecer o papel do PS na sociedade, sobretudo, dos nossos autarcas que são a face mais visível da imagem do partido. Para isso, o presidente da Federação e o Secretariado têm contado com a colaboração incedível de todos estes órgãos, da JS às mulheres socialistas e nós, da nossa parte, temos procurado corresponder, aperfeiçoando e valorizando a formação política de todos eles.

Qual a articulação política que faz com os deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria?

O presidente da Federação, o Secretariado, as concelhias, os deputados e outros órgãos políticos da Federação, graças aos novos instrumentos tecnológicos que tão impulsionados têm sido por este Governo, funcionam em rede, temos uma comunicação em simultâneo das nossas iniciativas políticas, por isso a nossa articulação política é permanente.

Como se tem processado a abertura do partido aos independentes no distrito?

Doutrinariamente, os partidos políticos em Portugal passaram rapidamente de “catch-all”, isto é, partidos que procuram dar resposta à pluralidade dos diversos interesses na sociedade, para partidos de “cartel”, isto é, partidos que estão excessivamente ligados às funções do Estado. Ora, esta situação é um erro que vai sair muito caro à democracia portuguesa, como se está a ver com a subida exponencial dos níveis de abstenção e com o desinteresse continuado da população pela actividade política. Em Leiria, para o bem e para o mal, sempre estivemos no modelo “catch-all”. Por isso, estou em crer que, com propostas políticas do PS que se adequam às preocupações dos cidadãos e trabalhando para ganhar causas públicas, o PS de Leiria tem condições de reforçar a sua credibilidade junto das populações, seja nas autarquias locais, seja no parlamento. Tenho sentido essa resposta quer com o reforço do número de militantes, aumentámos em ¼ o número de militantes, quer no conjunto de independentes que das mais diversas formas têm vindo a colaborar com as nossas iniciativas.

Quais são, no seu entender, os principais problemas do distrito de Leiria?

Leiria é um distrito assimétrico, convivem dentro de si o que de mais desenvolvido há no país, ao nível da indústria, da agricultura, das pescas, dos serviços e do turismo, com o que causa maior preocupação também aos socialistas, a desertificação e o isolamento.



“Ao colocarmos a política ao serviço das pessoas, ao contrário do espectáculo que a direita hoje nos apresenta, foi fácil mobilizar os militantes e empenhá-los na defesa de causas públicas”

agenda política do distrito”



O grande desafio aqui é procurar políticas públicas que diminuam as diferenças entre ambas. Os nossos autarcas, neste momento apenas maioritários em Castanheira de Pêra e porto de Mós e em mais três dezenas de autarquias de freguesia, têm ajudado muito a concretizar este objectivo.

Qual a mais-valia do distrito de Leiria e como pode ser potenciada?

Leiria é já o sexto maior círculo eleitoral nacional e apresenta os indicadores económicos mais relevantes e de maior capacidade no país. Produzem-se por cá os melhores produtos de grandes marcas internacionais, graças à grande incorporação de inovação tecnológica a que se vieram recentemente juntar novos desafios no mercado da aeronáutica com oportunidades de negócio nos processos de maquinaria de alta velocidade para a Airbus, Embraer e Eurocopter. Empreendedores e inovação são os termos que melhor caracterizam a economia do distrito, desde o desenvolvimento do “cluster” da engenharia de produto, no eixo Marinha Pranteadeira, Pombal, até à reconversão turística do Oeste, da estrutura de funcionamento em rede das empresas à agricultura e fruticultura com vocação exportadora, passando pela fileira florestal e o potencial e aptidão de alguns concelhos do norte do distrito para a exploração de energias alternativas. Esta significativa contribuição para a riqueza do país pode ser ainda melhor potenciada se a modernização do papel do Estado, que está em curso na sociedade portuguesa, for executada em função das necessidades e do interesse real da economia portuguesa e não em função dos grupos de interesse que o capturaram e se passaram a alimentar única e exclusivamente da sua manjedoura.

Que explicação tem para o facto de o PS nunca ter sido a principal força política no distrito? Como se poderá inverter esta realidade?

Por dois factores fundamentais. Em primeiro lugar, porque a direita herdou a estrutura política da ANP e alicerçou por cá um conservadorismo social endémico que tem sido difícil de superar. Todavia, estou em crer que essa realidade está a mudar na medida em que, já no referendo sobre a IVG, se deu a primeira vitória de uma proposta política do PS em Leiria.

Em segundo lugar, porque o PS nacional nunca se preocupou em valorizar os militantes socialistas de Leiria, tão ou mais qualificados como todos os outros no país, nunca lhes atribuindo missões ou desempenhos significativos que lhes permitisse maior visibilidade

junto das populações na defesa de causas públicas. A afirmação dos militantes socialistas em Leiria fez-se sempre à custa do seu desempenho profissional, o que só os valoriza e distingue, e nunca pelo seu desempenho no partido ou no Estado. Num país como o nosso, sabemos todos o que isso custa, em termos de notoriedade e capacidade de penetração no eleitorado.

Na sua qualidade de autarca, o que pensa da nova Lei das Finanças Locais?

É uma boa lei. Estive de acordo com ela. É um avanço muito significativo no reforço das competências e da autonomia do poder local. Penso até que é necessário ir ainda mais além, como o Governo, e bem, está a tentar ir em permanente negociação com a ANMP.

Que balanço faz dos dois anos e meio do Governo do PS?

Salvar o Estado Social e fazer crescer a economia foram os principais objectivos do governo no início da legislatura. Tarefa ciclópica que está hoje a caminho de ser superada, não havendo, como sabemos, nenhuma garantia à partida de que assim pudesse acontecer. Há, por isso, um renovado espaço para volta a ganhar o essencial do capital de expectativas dos cidadãos no PS e no seu Governo.

Quais devem ser, na sua opinião, as prioridades do Executivo até final da legislatura?

Este Governo concretizou um conjunto de reformas, sem precedentes, na sociedade portuguesa e cujos resultados não são possíveis de mensurar a curto prazo, mas que contribuem significativamente para melhorar a situação do país. Por força desses resultados, sobretudo ao nível da economia, há mais confiança nos cidadãos e melhores expectativas quanto ao futuro. É por isso necessário que o PS renove o contrato de confiança que estabeleceu com os portugueses, através da recriação do conjunto das propostas políticas e de um impulso estratégico que permita visualizar um futuro de esperança na resolução de um conjunto de problemas concretos que afligem a vida dos cidadãos. Dois exemplos concretos:

Políticas de Família que mudem o paradigma da organização da vida social, justamente, em função das famílias que têm filhos; E uma Agenda de Liberdade no domínio da luta contra a discriminação, o preconceito, o conservadorismo moral e todos os anacronismos sociais que ainda persistem na sociedade portuguesa, apresentando ideias e medidas concretas para ultrapassar as dificuldades de muitos cidadãos neste domínio.

No fundo, trata-se de fazer um

esforço no sentido de garantir as condições políticas para a manutenção da maioria absoluta, através de um reforço dos laços com a base social de apoio do PS.

A manutenção da maioria absoluta é um factor essencial para assegurar as condições de governabilidade do país e não, como dizem os nossos adversários, um objectivo ditado pela necessidade pura e simples de afirmação do poder, já que, à parte um ou outro episódio lateral lamentável que não honra a história e a tradição do Partido Socialista, este é o Governo que mais se sujeita ao escrutínio público dos cidadãos e Sócrates é o primeiro-ministro que mais se disponibiliza para o contraditório com a oposição.

Como avalia a actuação do primeiro-ministro?

José Sócrates é o primeiro-ministro mais à esquerda e mais pragmático da história do PS e, por isso também, porventura o melhor de todos.

Para clarificar um debate que anda inquinado, mesmo dentro do nosso próprio partido, ser de esquerda não é a afirmação panfletária de princípios doutrinários e ideológicos obsoletos. Ser de esquerda é, sobretudo, concretizar, através de políticas públicas, a nossa principal missão, a saber, uma luta incessante contra a desigualdade.

José Sócrates, com as reformas que tem concretizado na educação, na segurança social, no papel do Estado, na justiça e em tantos outros domínios da vida dos cidadãos é, por isso, o primeiro-ministro que mais longe tem levado e realizado esse desígnio supremo dos socialistas.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Como os militantes socialistas de Leiria bem sabem, o objectivo do presidente da Federação e do Secretariado é afirmar, cada vez mais, as propostas políticas do PS no distrito. Afirmá-las nas freguesias, nos municípios e na sociedade em geral. Só o temos vindo a conseguir fazer porque temos contado, desde a primeira hora, com a participação e o empenhamento de todos os militantes. Tem sido um esforço conjunto e esse tributo quero deixar aqui público testemunho. Estou em crer que esta participação activa dos militantes nas iniciativas políticas do PS e o reforço da intervenção de cada um, com propostas políticas renovadas, nos diversos palcos da nossa acção, ajudarão a reforçar as posições políticas do PS nos próximos actos eleitorais. O PS de Leiria é uma organização política que fala para os cidadãos e não para si próprio. O mérito é dos seus militantes.

“A direita herdou no distrito a estrutura política da ANP e alicerçou por cá um conservadorismo social endémico que tem sido difícil de superar





O PS EM LEIRIA

Comissão Política Distrital

Fernando Manuel Conceição Manata
 Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
 José Miguel A. Figueiredo Medeiros
 Fernando José Pires Lopes
 Maria Helena Nazaré C. M. Correia
 Carlos Manuel Bernardo Ascenso André
 Júlio Piedade Nunes Henriques
 Edite Maria Olaio Domingues Santos
 Ana Cristina Fernandes Simões
 João Carlos Santos Simãozinho
 Sara Maria Belo Velez
 Eugénia Maria Piteira Leal
 Vítor Manuel H. Vieira
 Maria Conceição Pereira Soares
 Vítor Manuel Ramos Santos
 José Acácio Paulino Barbosa
 Paulo Jorge Campos Vicente
 Arnaldo Augusto Homem Rebelo
 Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes
 Nicolau João Gonçalves Borges
 Cidália Maria Ferreira Domingues
 António José Meneses Teixeira
 Silvino Damásio Ferreira
 Luís Filipe Monterroso
 José Canha
 Isabel Vigia
 Delfim Azevedo
 Guilherme Pacheco da Costa
 Suzana Manco
 Miguel Peres
 António Caseiro
 Sílvia Teresa Ribeiro
 Jorge Manuel Gil Pratas
 Sérgio Leal
 Maria Manuela Neves
 Hélder Júlio Ferreira
 Pedro Bruno Soares Constâncio
 Eugénia Maria Soares Rodrigues
 José Manuel Silva
 Luis Fernando S. Fernandes L. Vieira
 Wanda Flora Magalhães S. Felisberto
 José Filipe Conceição
 Gonçalo André Diniz Braz
 Maria de Lurdes F. Silva Farinha
 Walter Manuel Cavaleiro Chicharro
 Paulo Alexandre Carvalho Silva
 Paula Isabel Fernandes Maurício
 Francisco Jacinto Carapinha Barrenho
 Abílio Rodrigues Romão

Sandra Maria Mendes Rodrigues
 Jorge Manuel Gonçalves Silva
 Vítor Manuel Farricha Mamede
 Leonel Mendes Sousa Silva
 Maria Filomena Assunção Batista

Comissão de Jurisdição

José Silva Alves
 Rui Rodrigues
 Ana Cristina Costa
 Diogo Coelho
 Albino Santos Sousa

Comissão Económica e Financeira

Jorge Manuel Sobral
 Luís Filipe Domingues Pinto
 Carlos Humberto Rosário
 Maximiano Oliveira Salvador
 Luís Alberto Caseiro

Secretariado

Efectivos

Tereza Coelho Marques
 Carlos Branco Tomas
 Alzira Henriques
 Virgílio David
 Ana Paula Noivo
 Serafim Silva
 João Vasconcelos
 Teresa Alexandra Pedro
 Adelino Mendes
 Jorge Gabriel Martins
 Gonçalo Lopes
 Carlos Alberto Silva
 José Maria Faria
 Rui Manuel Alexandre
 Tiago Gonçalves
 Ramiro Antunes
 Fernando Antunes
 Diogo Coelho (JS)
 Ana Elisa (MS)

Presidentes de Concelhias

Nuno Pereira Alcobaca
 Fernando Simões Alvaiázere
 Silvério Domingues Ansião

Miguel Chagas Batalha

Fialho Marcelino Bombarral

António Galamba Caldas da Rainha

Fernando Lopes Castanheira Pêra

Carlos Lopes Figueiró Vinhos

Carlos Martins Leiria

Telmo Ferraz Marinha Grande

Ricardo Caneco Nazaré

Cristina Rodrigues Óbidos

José Silva Pedrógão Grande

João Manuel Gomes Peniche

Rui Miranda Pombal

Joaquim Ramos Porto de Mós

Deputados da AR

Alberto Costa Ministro da Justiça
 Odete João
 Carlos Lopes
 Isabel Vigia
 Osvaldo Castro

Juventude Socialista

Comissão Política

Tiago Jorge Carvalho Gonçalves Presidente da Mesa
 Pedro António Rosário Assunção Seixas 1.º Secretário do Mesa
 Marília de Jesus Cordas Almeida da Silva 2.ª Secretária da Mesa

Diogo Filipe dos Santos Coelho
 João André Varela Coelho
 Gonçalo Abílio Alves Lopes
 Pedro Gonçalo da Silva Dias da Paz

Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino
 Tito Lourenço dos Santos
 Nelson David Fernandes
 João Afonso Lopes da Silva
 Renato Armando Dinis Dias
 Luís Miguel Almeida C. Carvalho Nunes
 Ana Luísa Cardeira Martins
 Tiago Kalidás Barreto Rodrigues dos Santos
 Natércia Catarina Simões Coelho
 Nuno Miguel Saragoça de Matos
 Hernâni Martins Patrão
 Renato Alexandre Pereira Dias
 Tiago Leonel dos Santos Aguiar
 Luís Manuel Santo da Silva
 Henrique André da Silva Estrelinha
 Ruben Filipe de Carvalho Simões
 Ricardo Manuel Dias Pereira
 Vasco Jorge Simões Coutinho

Secretariado

Diogo Coelho Presidente
 Fábio Alves
 Henrique Estrelinha
 Nelson Fernandes
 Tiago Santos
 Nuno Cordeiro
 Pedro Paz
 Ivo Faustino
 Luís Silva
 Ana Soares
 Ivo Patrício
 Ana Matos
 Renato Dias

Comissão Federativa de Jurisdição

Carlos Manuel David da Cruz Presidente da Mesa
 António Jorge Campos Ferreira Dias
 Nuno Filipe Santos Bernardes
 Rita Catarina Alexandre Henriques
 Luís Filipe Correia Bento

Representantes da JS à Comissão Política da Federação

Diogo Filipe dos Santos Coelho
 Gonçalo Abílio Alves Lopes

João André Varela Coelho
 Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino
 Henrique André da Silva Estrelinha

Departamento Federativo das Mulheres Socialistas

Ana Elisa da Silva da Costa Santos Presidente

Secretariado

Ana Teresa Mafra Neto
 Ana Patrícia Domingues de Araújo
 Edite Maria Olaio Domingues Santos
 Sara Maria Belo Velez
 Sofia Alexandra da Silva Antunes

Conselho Consultivo

Efectivas

Ana Teresa Mafra Neto
 Ana Patrícia Domingues de Araújo
 Maria da Conceição Pereira Soares
 Alzira Vicente Mendonça Henriques
 Maria Filomena da Assunção Baptista
 Sara Maria Belo Velez
 Maria João Rocha Almeida Lopes
 Mónica Maria Bento M. Nascimento
 Edite Maria Olaio Domingues Santos
 Teresa Alexandre M. Valverde
 Gouveia Coelho F. Pedro
 Sofia Alexandra da Silva Antunes
 Salomé Fino Pinto
 Eugénia Maria Piteira Leal
 Ana Cristina Fernandes Simões
 Ana Maria Rodrigues Cunha e Foyos de Figueiredo
 Ana Marta Aleixo Figueiras Santos



Carlos César realça evolução no apoio a vítimas de catástrofes naturais

AÇORES

O PRESIDENTE do Governo Regional dos Açores, Carlos César, destacou a evolução registada entre os apoios concedidos aos sinistrados do vulcão dos Capelinhos, em 1957, e os atribuídos às vítimas do sismo de 1998 na ilha do Faial, sublinhando que, contrariamente ao que aconteceu há 50 anos, actualmente não é necessário emigrar por causa das catástrofes naturais.

Durante uma visita às obras do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, no Faial, Carlos César afirmou que, “na altura do vulcão dos Capelinhos, não havia outra alternativa senão emigrar, mas a partir do sismo de 1998, a vida nova começou aqui e as pessoas têm toda nova vida e novas casas, novos horizontes”.

Na sua opinião, isso demonstra bem a diferença entre “o abandono” e o “isolamento dos Açores” que se verificava na década de 50, durante a ditadura salazarista, e os dias de hoje, em democracia.

O presidente do Governo Regional açoriano destacou, também, a obra de Interpretação do Vulcão do Capelinhos, que representa um investimento de seis milhões de euros, sublinhando que esta infra-estrutura permite transformar “aquilo que foi um momento de emigração e de pobreza num factor de atractividade e modernidade na ilha do Faial”.

Segundo Carlos César, este investimento pretende ser uma atracção do ponto de vista histórico, ambiental e turístico, mas também uma “homenagem às gerações e às famílias atingidas por



esta catástrofe natural que mudou significativamente as suas vidas”.

Carlos César anunciou o arranque, no próximo ano, da obra de repavimentação da estrada de acesso ao Vulcão do Capelinhos, numa extensão de 4,5 quilómetros e num investimento de cerca de um milhão de euros.

Entretanto, na semana passada tiveram início as comemorações dos 50 anos do vulcão dos Capelinhos (que entrou em erupção a 27 de Setembro de 1957), que incluem, durante um ano, dezenas de iniciativas alusivas àquele fenómeno, tanto nos Açores como nos Estados Unidos e no Canadá.

O lançamento de medalhas, livros e selos, e a apresentação de músicas e bailados são algumas das iniciativas previstas, assim como palestras, apresentação de documentários e filmes e concursos de pintura, fotografia e desenho, entre outros.

Algumas destas iniciativas serão

também levadas a cabo nos Estados Unidos e no Canadá, para onde emigraram, há 50 anos atrás, milhares de açorianos, muitos deles afectados pela erupção.

Estima-se que antes do vulcão dos Capelinhos residiam na ilha do Faial quase 30 mil pessoas, cerca do dobro das que existem actualmente.

Para acudir às vítimas da erupção, que destruiu muitas habitações e cobriu de cinzas muitos terrenos de culturas, o Estado português solicitou aos Estados Unidos uma autorização especial para a concessão de vistos às populações afectadas.

Sem grandes perspectivas de vida na sua terra natal, votada ao ostracismo pela ditadura do Estado Novo, muitas famílias não tiveram outra alternativa e rumaram a novas paragens, fugindo à destruição provocada pelo fenómeno vulcânico e procurando um futuro melhor do outro lado do Atlântico.

OPINIÃO



LUÍS VAZ
Deputado do PS

Para que Abril se cumpra, é necessário criar poder intermédio, entre o poder local e o poder nacional. É preciso regionalizar

DESENVOLVIMENTO, INTERIORIDADE E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

COM a consolidação do regime democrático e sobretudo com a adesão e plena integração na União Europeia (UE), Portugal sofreu um surto de desenvolvimento impar, dando o salto qualitativo há muito almejado pelos portugueses.

Ao nível das infra-estruturas, na saúde, na educação, na justiça, na habitação, nas redes viárias nacionais e locais, no ambiente e na qualidade de vida, o país passou a ser outro. Portugal passou a ser um país muito mais desenvolvido.

Portugal, este belíssimo e maravilhoso rectângulo, “à beira-mar plantado”, com dois arquipélagos, povoado por gente corajosa, que deu “novos mundos ao mundo” e com apenas cerca de 200 Km a separar a sua raia oriental da sua costa atlântica, dificilmente podia ser visto como um país de assimetrias regionais e muito menos como uma acentuada dicotomia litoral/interior (são apenas 200 Km de largura!!!), mas elas, as assimetrias e a dicotomia, existiam e eram bem visíveis e sobretudo sentidas por quem vivia o isolamento do interior e da insularidade.

Com a democracia e a integração europeia nasceu também a esperança de um país equilibrado, de onde desaparecesse a velha máxima “Lisboa é a capital e o resto é paisagem”.

Muitas foram as promessas e as fórmulas, mais ou menos mágicas, lançadas nas últimas três décadas, muito se falou desenvolvimento, de interioridade e de desertificação.

Muitas foram, é justo afirma-lo, as medidas concretas assumidas sobretudo pelos Governos do PS, discriminando positivamente o interior, como as SCUT, incentivos fiscais, programas regionais específicos, instalação de serviços públicos descentralizados, redução do IRC, etc., etc..

Ainda agora, o actual Governo recusou, e bem, extinguir as SCUT e relançou a redução do IRC para o interior.

Bragança também vai deixar de ser excepção ao nível viário, com a auto-estrada que vai rasgar o distrito, sem custos para o utilizador.

Passaram três quadros comunitários de apoio e o quarto, agora designado Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), está em marcha.

A rede viária nacional rasgou o país de norte a sul, do litoral ao interior e com excepção do distrito de Bragança (o interior do interior), o país está bem servido de vias de comunicação.

Seria de esperar que hoje, 33 anos após o 25 de Abril, numa democracia consolidada, perfeitamente integrados na UE, com milhões e milhões investidos, com uma boa rede de estradas, itinerários complementares, itinerários principais e auto-estradas, com quilómetros e quilómetros de escrita sobre interioridade e desenvolvimento regional, com tantas medidas anunciadas e outras aplicadas, seria de esperar, dizia, que já vivêssemos num país equilibrado e sem assimetrias regionais.

Bem pelo contrário, o interior desertifica-se cada vez mais e espaços como distrito de Bragança, definham de forma desesperante.

É no entanto curioso verificar que, ao mesmo tempo que o “interior” definha, ficando muito aquém do litoral, as regiões insulares quebraram o enguiço.

Será por serem diferentes, será por acaso?

Sempre pensei e penso que não.

Durante mais de 15 anos consecutivos, enquanto autarca, nos discursos do 25 de Abril, sempre utilizei a seguinte frase: “Para que Abril se cumpra, é necessário criar poder intermédio, entre o poder local e o poder nacional. É preciso regionalizar.”

Fez-se um referendo e os portugueses disseram NÃO, porque deram ouvidos aos que acenaram com fantasmas imaginários e aos partidos políticos que, sendo no fundo centralistas, invocaram questões secundárias para dizer não.

A esses a história incriminará.

Com o país regionalizado ter-se-iam criado condições para a fixação de quadros e de massa crítica no interior, a distribuição dos meios disponíveis, nomeadamente os fluxos financeiros comunitários, teria sido mais justa e equilibrada. O poder regional mobilizador, dinamizador, empreendedor e não apenas reivindicativo, teria existido. O vazio entre o poder local e o poder central estaria ocupado e Portugal hoje seria um país melhor.

Deputada do PS questiona qualidade da água para consumo humano

ALGARVE

A QUALIDADE da água para consumo humano na região algarvia esteve na origem de um requerimento enviado por Jovita Ladeira à empresa Águas do Algarve, no qual a deputada do PS solicita “elementos informativos que permitam avaliar o grau de cumprimento das normas de qualidade constantes na legislação”.

No documento, Jovita Ladeira pede ainda que lhe seja fornecido o registo, por municípios e referências aos anos de 2006 e 2007, “dos resultados obtidos nas análises à qualidade da água que sai das torneiras utilizadas para consumo humano”.

Na exposição de motivos, a deputada eleita pelo círculo eleitoral de Faro lembra que cabe à empresa Águas do Algarve gerir o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve, “tendo a responsabilidade de ‘entregar’ aos municípios da região água que cumpra as normas de qualidade com os valores paramétricos obrigatórios aplicáveis à água destinada ao consumo humano”.

Por sua vez, adianta, “aos municípios cabe a responsa-



bilidade de fazer chegar essa água ao consumidor através das respectivas redes de distribuição”.

Salientando que “entre o ponto de entrega ao município, pelas águas do Algarve, e a chegada à torneira do consumidor vai todo um longo e sinuoso percurso”, Jovita Ladeira considera que “neste percurso importa assegurar que a água mantenha os padrões de qualidade”. J.C.C.B.

PS OLIVEIRENSE DEBATE FUTURO DO CONCELHO

CERCA de três centenas de pessoas, entre militantes, autarcas, simpatizantes e independentes, reuniram-se recentemente, em Ervedal da Beira, para debaterem, numa jornada política e de convívio do Partido Socialista de Oliveira do Hospital, a necessidade de conjugar esforços para construir uma alternativa política forte para fazer face aos desafios que se colocam ao concelho.



Este encontro promovido pela Concelhia oliveirense, e que tem vindo a realizar-se anualmente, desde 2005, teve um balanço muito positivo, tendo sido descrito pela organização como “uma jornada de afirmação da vitalidade, da capacidade de mobilização do PS na produção de respostas aos anseios das populações”.

Segundo os socialistas oliveirenses, o PS tem sabido afirmar-se como um partido que tem soluções para os problemas do país, nomeadamente aqueles que afectam o interior português.

Nesta jornada, em que se reafirmou a confiança no partido, no futuro dos PS oliveirense e do país, estiveram presentes Henrique Fernandes, dirigente e governador

civil de Coimbra, Horácio Antunes, deputado socialista, Pedro Vaz, da direcção nacional da JS, João Carvalho, presidente da JS de Oliveira do Hospital e Mário Ruivo, dirigente do PS/Coimbra.

Para além de um lanche-convívio, com animação musical, este evento incluiu também uma jornada política com intervenções de António Maria Jorge, presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, José Francisco Rolo, presidente da Concelhia e vereador socialista, Carlos Maia, deputado municipal do PS, Rodrigues Gonçalves, deputado municipal do PS, Vítor Batista, presidente da Federação de Coimbra, e António Campos, coordenador do Fórum Oliveira do Hospital Tem Futuro. **M.R.**

CONCELHIA DE PORTALEGRE DENUNCIA MÁ GESTÃO FINANCEIRA DA CÂMARA

O SECRETARIADO da Concelhia do PS/Portalegre “está indignado” com o que se está a passar em matéria de ordenamento do trânsito, salientando que não pode concordar que se “transforme praticamente toda a cidade num imenso parque de estacionamento pago” com o objectivo de gerar receitas extraordinárias para pagar a desastrosa gestão da Câmara.



“A necessidade que o presidente da Câmara, José Cáceres, do PSD, tem de arranjar receitas extraordinárias para pagar a má gestão financeira do município, da qual ele é o maior responsável, não pode servir para justificar o disparate que em termos de estacionamento pago se pretende”, referem os socialistas de Portalegre.

Em comunicado, a Concelhia socialista, liderada pelo camarada Rui Simplicio, lembra que o “défice brutal” do município é resultado da “falta de uma correcta programação financeira das obras que têm vindo a ser levados a cabo pela

Câmara ao longo destes últimos anos, e disso são bons exemplos os valores iniciais de praticamente todas elas que derrapam sempre para números muito superiores, como aconteceu com as Oficinas da Câmara”.

Referindo que os socialistas sempre concordaram com a “necessidade de estabelecer algumas zonas de estacionamento pago”, a Concelhia defende que “é preciso ordenar o estacionamento na cidade... mas não assim”. E conclui que o que se está a passar “é um abuso de autoridade e uma forma escusa de gerar receitas à custa dos portalegrenses”. **J.C.C.B.**

Grupo de trabalho do PS elabora programa de desenvolvimento para Coimbra

COM o objectivo de redigir um projecto para o desenvolvimento de Coimbra, o PS criou um grupo de trabalho integrado, entre outras personalidades, pelo governador civil de Coimbra, Henrique Fernandes, e pela bióloga Helena Freitas.

O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão Política Concelhia do PS, Luís Vilar que, em declarações à Imprensa, avançou que seria constituído um conselho consultivo que vai conceber um documento multidisciplinar que pode influenciar as propostas eleitorais do partido nas autárquicas de 2009.

“Servirá sempre de base ao programa de 2009”, disse o camarada Luís Vilar, indicando que aquele projecto abrangerá, designadamente, áreas como cultura, economia, urbanismo, inclusão social, administração regional, desporto, ambiente e qualidade de vida.

O vereador, eleito para três mandatos consecutivos de dois anos na Concelhia do PS, explicou que a aposta na elaboração de “um projecto credível, responsável e ambicioso” tem o objectivo de ser aplicado no município de Coimbra e na região.

O conselho consultivo, coordenado por Vilar, foi apresentado durante um jantar em Coimbra.

A equipa integra Lusitano dos



Santos (especialista em Urbanismo e antigo candidato do PS à Câmara de Oliveira do Hospital), António Pedro Pita (delegado regional da Cultura do Centro), Vassalo de Abreu (ex-director do Centro de Estudos e Formação Autárquica, CEFA) e Pedro Ramos (docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

Além de Henrique Fernandes e Helenas Freitas, fazem ainda parte do grupo de trabalho Carlos Silva (ex-responsável regional do

Desporto Escolar), a vereadora do PS Fernanda Maças (especialista em Direito do Urbanismo) e o catedrático Martim Portugal, entre outros.

O professor universitário Álvaro Maia Seco e Albertino Sousa serão responsáveis pela área temática da mobilidade e transportes.

Segundo o líder concelhio, o “Projecto para Coimbra” deverá estar concluído no primeiro trimestre de 2008, sendo então debatido com outras forças políticas e “forças vivas” da cidade. **M.R.**

Irresponsabilidade e delapidação de dinheiros públicos na Marinha Grande

O EXECUTIVO camarário da Marinha Grande, de maioria CDU e PSD, está a agir com “loucura” e “irresponsabilidade” e a delapidar os dinheiros públicos da autarquia na gestão do encerramento do Mercado Municipal pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), por falta de condições higiénicas e sanitárias.

Esta a denúncia feita pela estrutura socialista local, através do vereador João Paulo Pedrosa, que alertou para a necessidade de haver “bom senso, e evitar-se assim um “atentado à saúde pública”.

“O velho mercado não tem condições de higiene nem de saúde pública e é um perigo para a saúde das pessoas: tem ratos, saneamento a céu aberto e não tem água potável”, declarou o camarada João Paulo Pedrosa, criticando a autarquia por não utilizar, temporariamente, as instalações do novo mercado, um investimento de dois milhões de euros que foi concluído há três anos pelo Executivo anterior do PS, mas que ainda não foi inaugurado.

Para o vereador, “não é aceitável que apenas por razões político-partidárias de sobrevivência da actual coligação PCP/PSD se recusem a utilizar um equipamento com esta funcionalidade e características”.

Pedrosa critica também o facto do Executivo da Marinha Grande ter decidido “gastar mais de 50 mil contos a improvisar tendas para o funcionamento do mercado municipal”, verba que poderia ser “aplicada para corrigir os pequenos problemas apontados ao novo mercado”, tais como “a necessidade de maior



ventilação (podem fazer-se mais janelas), alguns espaços são estreitos ou o tecto falso acumula sujidade (sem ter ainda entrado em funcionamento)”, apontou.

Por outro lado, a intenção da autarquia de recuperar o mercado velho suscita preocupações e críticas nos socialistas da Marinha Grande, que também atribuem responsabilidades neste caso à Administração Regional de Saúde do Centro e à Direcção-Geral de Saúde.

“Na Delegação de Saúde da Marinha Grande havia um parecer a dizer que o mercado não tinha condições. Ainda assim, deixaram o mercado funcionar ali mais de um ano”, concluiu João Paulo Pedrosa. **M.R.**

Cidadãos vão poder calcular “on-line” o valor das suas pensões futuras

A PARTIR do final deste ano, os cidadãos poderão calcular na Net as pensões a que terão direito no futuro com base no histórico das respectivas contribuições e numa estimativa das suas remunerações futuras, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates.

“Temos uma Segurança Social credível, com sustentação, moderna e transparente com as contas em cima da mesa”, afirmou José Sócrates no final de uma visita à sede do Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social, no Tagus Park, em Oeiras.

O balanço e os novos serviços disponibilizados pela Segurança Social Directa foram apresentados

pelo chefe do Governo e pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Nos seus discursos, tanto Vieira da Silva, como José Sócrates, salientaram o “passo crucial” recentemente dado pelo “governo electrónico” da Segurança Social no sentido de possibilitar a consulta aos cidadãos das respectivas carreiras contributivas desde 1980.

“Com o novo passo que vamos dar, não será apenas possível estimar o valor da pensão futura a partir do histórico de contribuições, como também a partir de uma simulação das remunerações futuras”, referiu o primeiro-ministro.

Depois de sublinhar os efeitos benéficos da Segurança Social Directa em domínios como a ac-



tividade económica e o combate à fraude, Sócrates disse que o Governo tem um programa “ainda mais ambicioso e exigente para os próximos seis meses”.

Assim, explicou, no âmbito do Simplex, o sistema poderá proporcionar informação aos utentes (alertas sobre deferimento das prestações substitutivas de rendimento desemprego, doença e maternidade) e permitirá o pedido de alteração da composição do agregado familiar.

Estão previstos também a alteração dos membros dos órgãos estatutários das empresas, requerimento “on-line” do abono de família, requerimento “on-line” de subsídios para assistência e descendentes e o pagamento de contribuições à Segurança Social (alargamento das situações e

formas de pagamento através de débito em conta).

Neste contexto, o primeiro-ministro salientou que o “site” da Segurança Social, “ao contrário do passado, tem hoje um desempenho entre os dez melhores nacionais, o que representa um enorme orgulho para o Estado”.

Por sua vez, Vieira da Silva referiu que “um dos principais objectivos” do seu ministério passa por “desenvolver novas ferramentas que tornem o sistema da Segurança Social mais eficaz, mais próximo dos cidadãos e mais transparente”.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, mais de 2,3 milhões de cidadãos e empresas acederam à Segurança Social Directa desde Novembro de 2005 até meados de Setembro deste ano.

Portugueses cada vez mais conscientes da importância da qualificação

OITO em cada dez alunos entraram este ano no ensino superior em Portugal. Trata-se de um dado estatístico que o ministro da tutela, Mariano Gago, considerou reflectir a consciência cada vez mais generalizada entre os portugueses da importância da qualificação.

“Devemos sentir-nos todos muito orgulhosos pelo facto de, pela primeira vez desde sempre, termos tido um número tão elevado de estudantes que, ao terminarem o ensino secundário, querem continuar a estudar, querem ir para o ensino superior, querem valorizar-se”, salientou o governante, à margem da primeira conferência mundial sobre integridade na ciência, que se realizou em Lisboa.

Depois de vincar que estes números significam “uma sociedade em mudança, uma exigência crescente de Portugal e que os portugueses querem apostar em qualificações e percebem que não há futuro se não se qualificarem”, o ministro da Ciência e do Ensino Superior lembrou que, segundo dados oficiais, “quase

42 mil estudantes foram colocados na primeira fase do concurso de acesso ao ensino superior público”, o que consubstancia mais 20 por cento do que no ano passado.

De acordo com os resultados do concurso, divulgados via Internet, foram colocados mais 7078 estudantes, tendo o aumento de colocações especial incidência no ensino politécnico, onde o crescimento atingiu os 25 por cento.

Uma variação positiva registou-se também no número de candidaturas, com mais 10.951 (27 por cento) do que em 2006, assim como no número de vagas, tendo sido disponibilizadas mais 2182 (cinco por cento), uma tendência já registada nos últimos quatro anos.

Refira-se ainda que os 9534 estudantes que não conseguiram entrar no ensino superior público poderão candidatar-se à segunda fase do concurso, com 6812 vagas ainda disponíveis. M.R.

LANÇADA CAMPANHA DE PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

“GOZE a viagem. Vá de transportes públicos” é o “slogan” de uma campanha publicitária de âmbito nacional, mas destinada preferencialmente aos habitantes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, lançada pela secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino. O objectivo é conquistar novos clientes e acabar com a percepção errada de que o sistema de transportes públicos não tem qualidade.

Falando na apresentação da Campanha Nacional de Promoção do Transporte Público, a bordo de um catamarã da Transtejo, Ana Paula Vitorino, lembrou que as taxas de ocupação dos transportes públicos são “muito baixas”, situando-se nos 20 por cento, considerando que “se tivermos um bom sistema de transportes públicos que não está a ser utilizado, há um desperdício de dinheiros públicos”.

Neste sentido, a secretária de Estado sublinhou a importância de incrementar a utilização dos transportes públicos, uma vez que “se aumentarmos a procura, estamos a ter mais receitas sem aumentarmos os custos”.

Promovida pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, esta campanha, que numa primeira fase representa um investimento de 300 mil euros, tem como mascote um “smile” e vai decorrer até ao final do ano, estando dividida em quatro fases.

De acordo com a secretária de Estado, o montante de 300 mil euros, que sairá do orçamento do

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), poderá ascender aos 500 mil de euros durante este ano, estando também prevista a existência de verbas para o financiamento desta campanha no orçamento de 2008.

Valores que Ana Paula Vitorino considera “irrisórios” face aos benefícios que acredita que esta campanha poderá trazer: “Os benefícios serão muito superiores aos custos quase irrisórios desta campanha”.

Consciente de que “não se mudam hábitos e comportamentos de um dia para o outro” a secretária de Estado dos Transportes salientou que a campanha terá uma vertente de “forte aposta ao nível dos adolescentes e dos jovens universitários, que ainda não estão cativos do transporte próprio”.

“Temos de ter uma imagem positiva e alegre de que é bom andar nos transportes públicos, porque estes nos proporcionam uma qualidade de vida superior àquela que teremos se formos cativos do transporte individual”, defendeu Ana Paula Vitorino.

“Todos sabemos que tem sido feita nos últimos anos uma forte aposta na melhoria da oferta dos transportes públicos”, disse, lamentando que, “ao contrário do que seria expectável”, não tenha havido um aumento da sua quota de mercado. Ainda assim, frisou, em 2006 houve mais 2,5 milhões de passageiros a viajar nos transportes públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto do que no ano anterior.

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE **20132**
REFERÊNCIA **0000... + N.º DE MILITANTE**
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota normal:
semestral - **12,00** eur; anual - **24,00** eur
Quota reduzida:
semestral - **6,00** eur; anual - **12,00** eur

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Governo aprova contratos públicos em 24 horas

O CONSELHO de Ministros de 20 de Setembro aprovou o Código dos Contratos Públicos, que irá gerar uma poupança anual de 300 milhões de euros e permitir concursos em 24 horas.

Em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, sublinhou que “nunca antes tinha existido em Portugal um Código dos Contratos Públicos” com os objectivos de aumentar os poderes de “regulação do Estado”, de aumentar a “transparência” e de simplificar e reunir “legislação dispersa”.

Segundo o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, também presente na conferência de Imprensa, o Governo tem ao seu dispor estudos de uma consultora internacional que apontam para “uma economia de 300 milhões de euros quando o diploma agora aprovado se encontrar em vigor”.

Mário Lino referiu que o novo diploma “unifica toda a matéria referente a contratação pública quer ao nível de bens e serviços, quer no que respeita a empreitadas de obras públicas, envolvendo as administrações central e local, mas também os agentes privados”.

No que respeita ao objectivo de reduzir a duração e o número de procedimentos em cada contrato, Mário Lino salientou que o novo código “assenta nas plataformas digitais com a introdução de concursos ‘on-line’”.

Além de vantagens ao nível da



desmaterialização de processos, o ministro frisou que haverá uma redução dos prazos dos concursos. “Haverá concursos que poderão ser resolvidos no prazo de 24 horas. Caso se trate de um concurso de fornecimento de bens e serviços, cuja única variável seja o factor preço, esse concurso pode fazer-se sob a forma de Concurso Público Urgente, que durará um dia”, frisou Mário Lino.

O ministro destacou também

a componente antiburocrática do diploma. “Num concurso com muitos candidatos, até hoje cada concorrente tinha que apresentar à partida uma quantidade enorme de documentos comprovativos ao nível de garantias. Isso desaparece. Cada concorrente apenas terá de assinar uma declaração a garantir que cumpre as regras do concurso”, explicou.

Segundo o ministro, com a aprovação do diploma, “apenas o con-

corrente vencedor terá de provar as suas habilitações e, caso não as tenha, sofrerá penalidades pesadas”.

Mário Lino afirmou também que o diploma vai “aumentar a transparência” ao nível da contratação pública, dando como exemplo a criação de um portal em que está disponível “toda a informação relevante sobre todos os contratos”.

“Uma Câmara ou uma empresa pública que fizer uma adjudicação

directa tem obrigatoriamente que colocar a informação no portal, descrevendo matérias como tipo de obra, protagonistas das operações e custos”, acrescentou.

O ministro salientou também que o novo código irá “impor um maior rigor na gestão dos contratos públicos, através de uma responsabilização crescente dos intervenientes nas relações contratuais”.

“O código passou a definir em detalhe os erros e omissões numa determinada obra pública, deixando de haver uma certa de diluição

300

milhões de euros é a poupança anual estimada quando o Código dos Contratos Públicos entrar em vigor

de responsabilidades, cuja solução era muitas vezes remetida para tribunal”, explicou Mário Lino.

O ministro das Obras Públicas disse ainda que o diploma “vai bastante longe no que respeita a trabalhos a mais”, acrescentando que “salvo casos de obras de especial complexidade, como obras que envolvam trabalhos marítimos ou construções de túneis, o saldo entre trabalhos a mais e a menos não pode ultrapassar os cinco por cento”.

REORGANIZADO 112 PARA RESPONDER A NECESSIDADES ESPECIAIS

COM vista a afinar a acção das entidades envolvidas na saúde e na segurança dos portugueses, em especial os que têm necessidades especiais, o Governo vai reorganizar o modelo de funcionamento do número único de emergência nacional 112.

A resolução, aprovada em Conselho de Ministros, prevê um “reforço” dos mecanismos de coordenação, através da criação de um grupo de especialistas, envolvendo o Centro de Instalação da Rede Nacional de Segurança Interna, as forças de segurança, o Instituto Nacional de Emergência Médica, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Esta medida pretende, segundo pode ler-se no comunicado do Executivo, “privilegiar a interacção dos cidadãos com o serviço 112

para dar resposta a cidadãos com necessidades especiais, bem como estrangeiros”.

“Do mesmo modo, a resolução preconiza a introdução de mecanismos automáticos de filtragem que diminuam os impactos de chamadas indevidas e que adicionalmente transmitam uma percepção de qualidade mais elevada e incentivem o desenvolvimento de acção pedagógicas”, refere igualmente o texto.

O Governo garante ainda estar determinado em “potenciar na comunicação de dados as redes existentes e as que se encontram em construção, no âmbito dos serviços de segurança e protecção civil, designadamente o Serviço Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI)”. M.R.

Lacão reitera empenho do Executivo em promover a igualdade de oportunidades

O GOVERNO está empenhado em promover uma “profunda mudança” na sociedade portuguesa no campo da igualdade de oportunidades, para que, numa geração, haja uma “profunda alteração no caminho do progresso”, afirmou o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão.

“É uma aposta para enfrentar os desafios da modernidade. Não temos que continuar agarrados à ideia de que vivemos numa sociedade mais atrasada do que as outras”, referiu Jorge Lacão numa conferência sobre igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na área da saúde, organizada pela UGT, em colaboração com o Hospital S. João.

Na sua intervenção, o secretário de Estado frisou que “as coisas só parecem impossíveis até se revelarem possíveis”, defendendo que “há razões para acreditar que podemos alterar radicalmente a sociedade portuguesa no espaço de uma geração”.

Segundo salientou, “o Governo está muito empenhado em apresentar resultados ao nível da transformação da sociedade, das instituições e dos sistemas para que, numa geração, possamos realizar uma profunda alteração no caminho do progresso”.

Jorge Lacão, que é o responsável pelas políticas de cidadania e igualdade de género, manifestou

confiança de que os portugueses possam viver no futuro numa sociedade “com igualdades de oportunidades para todos”.

“A sociedade está a melhorar no sentido de possibilitar às mulheres condições plenas para, em igualdade de oportunidade com os homens, poderem realizar as suas carreiras profissionais”, sublinhou.

Lacão referiu que esta evolução social “está a criar novos problemas”, relacionados com a necessidade das mulheres conciliarem a vida pessoal, profissional e familiar, frisando que “as mulheres sofrem da dupla jornada de trabalho para poderem responder aos desafios da profissão e da vida familiar”.

Para inverter esta situação, o secretário de Estado referiu algumas medidas já tomadas pelo Governo, como o aumento dos lugares disponíveis nas creches e jardins-de-infância, para ajudar as famílias a conciliar o trabalho e a vida familiar.

“Esta é uma grande aposta que temos que fazer para que as famílias possam conciliar as expectativas profissionais com a vida familiar”, salientou, acrescentando que o mesmo objectivo está presente na melhoria da rede de cuidados continuados para idosos e pessoas dependentes e na criação de unidades de saúde familiar, com horários mais flexíveis.

GP/PS apresenta “Leis da República 2006/07”

AS LEIS aprovadas na Assembleia da República, em especial aquelas que se encontram no âmbito da reforma da justiça, seguem as melhores práticas internacionais e servirão para que Portugal mude para melhor. Esta a ideia defendida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, ao falar perante os deputados socialistas, no passado dia 26, durante a cerimónia de apresentação do livro da bancada do PS, “Leis da República 2006/07”, que decorreu na biblioteca do Parlamento.

José Sócrates elogiou assim o processo reformador da nossa justiça, afirmando que a nova legislação defende vários princípios essenciais.

“Foram aprovadas as principais leis da reforma da justiça para que o nosso Estado seja mais democrático, para que tenha em consideração, naturalmente, a segurança como a primeira das liberdades, os direitos das vítimas, mas para que tenha também escritos os direitos dos cidadãos”, declarou, frisando de seguida que as mudanças promovidas “honram esta concepção de justiça por parte dos socialistas”.



Segundo Sócrates, as novas normas vão “exigir mais de todos os operadores” judiciais, mas disse estar confiante quanto ao seu desempenho.

E felicitou a bancada socialista pelo seu trabalho, apontando a despenalização do aborto como “uma das leis mais emblemáticas desta legislatura”, a par da refor-

ma do Parlamento.

Sobre esta última sublinhou que “obriga o Governo a vir mais vezes à Assembleia da República. Obrigame a mim a vir mais vezes, virei com

gosto. Toda a gente sabe o prazer que tenho em vir ao Parlamento”.

O primeiro-ministro sustentou igualmente que a alteração da lei do aborto e a reforma do Parlamento ficaram marcadas pela atitude democrática do PS, que consultou o povo em vez de impor a sua maioria absoluta, no primeiro caso, e deu mais poderes à oposição, no segundo.

Antes, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, enfatizou que os socialistas aprovaram sozinho apenas 13 por cento das leis promulgadas.

À semelhança do ano passado, a bancada socialista edita o novo volume das “Leis da República” referentes à X Legislatura – 2ª sessão legislativa.

A cerimónia de lançamento deste livro foi animada por actores do Chapitô que representaram a figura da República e personagens que se distinguiram no parlamentarismo: Almeida Garrett, Antero de Quental, Bernardino Machado, António José de Almeida, Afonso Costa e José Estêvão. M.R.

Rui Pereira destaca importância do ensino dos valores da cidadania

A IMPORTÂNCIA da aprendizagem dos valores da cidadania na escola foi realçada pelo ministro da Administração Interna, Rui Pereira, que considerou fundamental para “a mudança de mentalidades e a construção de um Portugal melhor”.

Rui Pereira, que participou no lançamento do livro e jogo pedagógico “Aprender a crescer Manual de Formação Cívica”, na Escola Superior de Educação de Leiria, salientou o valor e a qualidade da obra, “que mostra que aprender pode ser divertido”, abordando “problemas tão relevantes e complexos como a educação sexual, comportamentos de risco ou a violência doméstica”.

“Os valores da cidadania não são inatos ou congénitos, também se aprendem”, frisou o ministro da Administração Interna, acrescentando que o livro “aprende o essencial dos problemas da sociedade portuguesa: a educação para a cidadania, para os valores de liberdade e responsabilidade, solidariedade e segurança”.

Rui Pereira considerou esse conjunto de valores “indispensável para o Estado de Direito lançar as suas sementes no processo de socialização precoce das crianças e internacionalização de normas”, já que, adiantou, “é disso que depen-



de afinal a mudança de mentalidades e a construção de um Portugal melhor”.

A publicação de “Aprender a Crescer Manual de Formação Cívica”, de autoria de Ana Isabel Garrido e de Inês Massano Cardoso, insere-se no programa de comemorações do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, promovido pelo Governo Civil de Leiria.

A propósito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, Rui Pereira considerou a igualdade “um dos pilares da Estratégia de Lisboa” e uma das “orientações cruciais” para “o desenvolvimento da coesão

social europeia”, que “só se poderá cumprir através de uma economia forte, que estimule a criação de emprego e favoreça as adequadas políticas sociais elementares”.

Segundo o governante, este é um importante contributo para melhorar essas políticas elementares, através da “sensibilidade demonstrada pelas autoras para temas muito complicados como a violência doméstica, comportamentos de risco, em que as crianças podem ser um facto de desenvolvimento e mudança de mentalidades”.

“Aprender a Crescer Manual de Formação Cívica” foi entregue a 50 escolas do distrito de Leiria, num total de 850 turmas do ensino bási-

MULHERES NA POLÍTICA EM DEBATE

O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas de Portalegre, liderado pela camarada Piedade Murta, promoveu no passado dia 22 um fórum subordinado ao tema “As mulheres na política”, no auditório da Escola Superior de Educação, que contou com a presença dos dirigentes nacionais Miranda Calha e Maria Manuela Augusto.

Na sua intervenção, o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, sublinhou a importância da aprovação pelo PS da lei das quotas, no sentido de proporcionar uma maior participação feminina na vida política, bem como outras iniciativas governamentais no domínio da igualdade de género, e elogiou ainda o conjunto de reformas levadas a cabo pelo Executivo socialista.

Já a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Manuela Augusto, fez uma breve resenha histórica sobre a participação das mulheres na vida pública e política. E sublinhou que, apesar da tomada de consciência das desigualdades com base no género e dos progressos sociais visíveis nesse campo, em grande medida impulsionadas por iniciativas legislativas do PS, as mulheres continuam a não estar em pé de igualdade com os homens. “Se as mulheres são metade da



população mundial, então queremos metade da terra, metade do céu e metade do poder”, disse.

Por seu turno, a presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Portalegre, Piedade Murta, referiu que este fórum insere-se no objectivo de “incentivar e mobilizar a população feminina para uma participação mais activa nos assuntos públicos e políticos a nível local e regional”.

As mulheres socialistas quiseram dar o seu contributo para debater e aprofundar temas como o plano nacional para a igualdade, a conciliação entre a vida familiar, profissional e política, e também as mulheres e as políticas autárquicas.

As intervenções ao longo do debate convergiram na ideia de que a desigualdade com base no género tem várias causas e é transversal a todos os domínios e ainda que os países onde existem políticas activas de igualdade estão no topo do desenvolvimento socioeconómico. J.C.C.B.

“Política de Defesa da Floresta Contra Incêndios está no bom caminho”

O Conselho de Ministros extraordinário de Outubro de 2005 constituiu o ponto de viragem da acção governativa em matéria de protecção da floresta contra incêndios. Disso deu conta a Assembleia da República nos relatórios produzidos pela Comissão Eventual para os Fogos Florestais. Em Maio último iniciaram-se os trabalhos da nova Comissão Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que tem o deputado Carlos Lopes na coordenação da acção da política da bancada socialista.

A começar esta entrevista, há uma primeira pergunta que se impõe. Qual é o balanço dos fogos florestais este ano?

Em 2007, num momento em que estamos a apenas alguns dias do final da Fase Charlie, diria que se conseguiu um registo histórico da área ardida em Portugal. Em 15 de Setembro o relatório da DGRF contabilizava 16 mil hectares. Este registo corresponde a 21 por cento dos 74.500 hectares registados em período homólogo de 2006 e a 8 por cento da média da área ardida entre 2002 e 2005. Se atentarmos aos registos estatísticos no espaço europeu, verificamos que em finais de Agosto a área ardida em Portugal correspondia a um por cento dos 800 mil hectares ardidos na Europa. Sou, pois, da opinião que a política do Governo nesta área está no bom caminho. Apesar das condições meteorológicas terem sido mais favoráveis comparativamente a outros anos, a verdade é que a estratégia delineada pelo Governo e o dispositivo de combate aos incêndios definido em sede da Directiva Operacional Nacional deu resposta às várias solicitações. Disso os deputados deram conta nas várias visitas parlamentares realizadas ao terreno. Foi unânime a reacção dos agentes locais e autarcas em que o dispositivo surgiu este ano mais consolidado e com os meios a responderem prontamente. Em suma, sentiu-se que a acção no terreno tinha uma coordenação e uma estratégia.

Tendo integrado a Comissão Eventual para os Fogos Florestais, na qual foi relator do segundo relatório, que versou o balanço operacional do período crítico de incêndios florestais e actualmente na coordenação da acção política dos Deputados da bancada socialista nesta Comissão Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que análise faz da acção governativa?

A floresta portuguesa é um importante recurso para o desenvolvimento do país, sendo os incêndios florestais a principal ameaça à sustentabilidade do sector. A acção destas Comissões Eventuais da Assembleia da República tem-se pautado por uma análise e diagnóstico objectivo da acção governativa no domínio dos incêndios florestais. O PS, desde o início, tem vindo a acompanhar e apoiar com toda a convicção a acção governativa também neste domínio. Ouvindo os principais protagonistas nacionais nesta matéria e também os partidos da oposição, a bancada socialista tem-se preocupado com a apresentação de ideias úteis para a melhoria do desempenho da Política de DFCL. A proposta de apresentada pelo deputado Miguel Ginestal, aquando da visita parlamentar realizada ao Parque Natural do Vale do Guadiana, de uma avaliação da política de floresta em Portugal, é um exemplo dessa postura pró-activa



do GPPS. Importa aqui deixar uma palavra de reconhecimento para o excelente mandato que o deputado Rui Vieira realizou na presidência da anterior Comissão Eventual, tendo conduzido os trabalhos com uma equidistância assinalável e também para a competência do relatório produzido pelo deputado Miguel Freitas que mereceu reconhecimento e aplauso unânime por parte dos deputados dos vários quadrantes políticos. De facto, as recomendações tecidas pelo Parlamento têm merecido a atenção do Governo, e temos assistido com agrado à concretização de muitas dessas propostas.

A saída de António Costa do Ministério da Administração Interna era vista pela oposição como um factor susceptível de causar perturbação na estratégia do Governo. Que leitura faz hoje dessa situação?

É justo expressar o apreço pela coragem e determinação com que António Costa encetou a Reforma da Protecção Civil em Portugal e também para a disponibilidade que sempre demonstrou para com a actividade parlamentar. Em meu entender, a escolha de Rui Pereira para a pasta da Administração

Interna não só assegurou a continuidade das reformas em curso, como reforçou politicamente a Protecção Civil, com a criação de uma Secretaria de Estado específica para esta matéria. Num futuro próximo, não tenho dúvidas que a Protecção Civil será uma área-chave no contexto europeu, tal como é patente na última resolução adoptada pelo Parlamento Europeu em 4 de Setembro sobre as catástrofes naturais. O balanço dramático dos incêndios florestais que ocorreram na Grécia este Verão assim o determinam. O trabalho meritório que Ascenso Simões tem realizado à frente desta Secretaria de Estado dá-nos confiança, fruto de um conhecimento profundo dos dossiês e sobretudo de uma capacidade de criar um diálogo construtivo com os vários agentes de protecção civil que se tem revelado determinante para o sucesso da política de combate aos incêndios florestais em Portugal e que se tem materializado na assinatura de vários protocolos.

Que medidas destaca da acção governativa e que têm contribuído de forma decisiva para os resultados obtidos em 2007?

Na minha perspectiva, a progra-

mação atempada das medidas, num processo de melhoria contínua, é o segredo do sucesso. No plano político, destaco a aprovação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, enquanto instrumento orientador da acção governativa, constitui os alicerces do edifício desenhado pelo Governo em 2005. No plano estratégico, a aposta no comando único decorrente do SIOPS e o sistema tripartido de DFCL, com a atribuição das responsabilidades da prevenção estrutural à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, da coordenação da detecção e vigilância à Guarda Nacional Republicana e do combate à Autoridade Nacional de Protecção Civil. No plano operacional, julgo que o novo conceito de operação vertido na Directiva Operacional de Combate aos Incêndios Florestais, que pauta a actuação dos meios nos teatros de operações de uma coordenada e objectiva, a par da participação activa da GNR no patrulhamento das áreas de risco são os principais factores dos resultados obtidos em 2007.

Qual é sua expectativa para 2008?

As expectativas que temos sintetizam-se em quatro ideias-chave: a consolidação do caminho já percorrido, designadamente no que concerne ao reforço do comando único e à organização e profissionalização do Sistema de Protecção Civil; uma melhor articulação entre os agentes que contribuem para a execução da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, mais visibilidade das medidas de prevenção estrutural, nomeadamente ao nível das autarquias com o apoio técnico da DGRF e, sobretudo, um maior empenho dos cidadãos e das suas organizações na prevenção dos incêndios florestais. De facto, Portugal sem fogos depende de todos!

Telemóveis ajudam a combater isolamento e insegurança na terceira idade

PARA facilitar os contactos com familiares e entidades na área da saúde, solidariedade e protecção civil, 4368 idosos receberam telemóveis do Governo Civil de Braga.

Este projecto, designado como ISIM – Iniciativa de Segurança Idade Maior, é inédito a nível nacional e pretende dotar os idosos com mais de 70 anos e que vivam com poucos recursos económicos de um veículo de contacto rápido com familiares e instituições.

Deste modo, o ISIM, realizado em parceria com a operadora móvel Optimus, é inteiramente grátis para os utilizadores que sejam simultaneamente beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI) no distrito.

O programa visa ainda combater a solidão e o isolamento dos mais velhos, colmatando a



ausência de redes familiares e redes informais de vizinhança que, pela alteração da estrutura familiar, deixam muitas vezes as pessoas idosas isoladas e sós nas suas habitações.

Segundo o governador civil de Braga, o ISIM passa pela entrega de um telemóvel a cada um dos 4368 beneficiários do CSI. Para já, o programa abrange apenas os idosos residentes no distrito de Braga, embora o ministério do Trabalho e da Solidariedade não exclua a possibilidade de alargá-lo mais tarde a todo o território nacional.

Cada equipamento entregue será pré-programado com uma agenda de contactos que será de fácil utilização, através do uso de teclas únicas pré-definidas.

Para que tudo isto funcione, garante Fernando Moniz, o Governo Civil de Braga vai estabelecer “acordos específicos de colaboração com entidades do sector da saúde, da solidariedade, da segurança e da protecção civil”, incluindo-se neste universo a Segurança Social, a Administração Regional

de Saúde do Norte, a GNR e a Autoridade para a Protecção Civil, que virão a assumir a responsabilidade de criar uma linha de atendimento específica para os beneficiários do ISIM.

Quanto aos custos deste programa, Fernando Moniz assegura que “não é caro”, para de seguida assegurar que a sua aplicação será “objecto de avaliação permanente”, durante a vigência de dois anos.

A apresentação do ISIM decorreu no auditório da Associação Industrial do Minho, em cerimónia presidida pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, que foi acompanhado pela secretária de Estado adjunta e da Saúde, Carmen Pignatelli, e pela coordenadora da Unidade de Missão de Cuidados Continuados Integrados, Inês Guerreiro. **M.R.**

“Combater a inércia do sistema de justiça”

O novo regime de prisão preventiva procurou dar resposta às “insuficiências” diagnosticadas no sistema, reforçando a “excepcionalidade” desta medida de coacção, afirma o deputado Ricardo Rodrigues, que em entrevista ao “Acção Socialista” enaltece as alterações introduzidas no Código do Processo Penal. O coordenador do GP/PS da 1ª Comissão sublinha ainda a “especial relevância política e institucional” do Pacto da Justiça celebrado entre o PS e o PSD, na medida em que permitiu “um acordo alargado numa matéria estruturante para o Estado de Direito Democrático”.

Quais as mais sensíveis alterações introduzidas no novo Código do Processo Penal?

Sem pretender ser exaustivo, uma vez que é extensa a lista de alterações introduzidas, destaco apenas alguns pontos mais relevantes que, pela sua particular delicadeza, foram objecto de acordo entre os dois maiores partidos e transpostos para o Acordo político-parlamentar para a reforma da Justiça:

Desde logo, restringiu-se o âmbito do segredo de justiça, passando a vigorar, em regra, o princípio da publicidade, só se admitindo a aplicação do regime do segredo quando a publicidade prejudique a investigação. Arguido, assistente, ofendido ou Ministério Público podem estar na origem da abertura dos autos, sendo a decisão final sempre da competência do juiz de instrução criminal. Com esta nova solução, pretende-se atingir um ponto de equilíbrio entre os interesses da investigação e os interesses da defesa, restituindo ao segredo de justiça um papel mais ajustado ao caso concreto.

Por outro lado, restringe-se a possibilidade de utilização de certos meios de prova particularmente intrusivos, racionalizando-se a disciplina das interceptações telefónicas e equiparadas, através da delimitação do âmbito subjectivo, da disciplina dos procedimentos, do papel dos intervenientes e prazos e, bem assim, do regime de destruição dos suportes, assim se procurando combinar a preservação da eficácia e da validade dos instrumentos com uma defesa mais efectiva dos direitos das pessoas.

Finalmente, em sede de medidas de coacção e de garantia patrimonial, são introduzidas alterações gerais e, em particular, respeitantes ao regime da prisão preventiva. Os prazos de prisão preventiva são reduzidos em termos equilibrados, para acentuar o carácter excepcional desta medida sem prejudicar os seus fins cautelares. Tendo ainda em conta a excepcionalidade da prisão preventiva, restringe-se a sua aplicação a casos de crimes dolosos puníveis com prisão superior a cinco anos. Porém, dada a circunstância de alguns fenómenos criminais especialmente graves serem puníveis com pena de limite máximo inferior, alarga-se o catálogo de crimes, segundo um critério qualitativo que abarca crimes dolosos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, puníveis com prisão superior a três anos.

Concretamente, a partir de agora, quando e em que condições pode ser determinada a prisão preventiva?

A medida de coacção de prisão preventiva foi objecto de alteração a dois níveis.

Por um lado, passou a só poder ser aplicada a indivíduos indiciados por crimes puníveis com penas cujo limite máximo seja superior a cinco anos (em vez de três anos como até aqui).

Por outro lado, encurtaram-se os prazos máximos que o detido pode estar em prisão preventiva:



reduzindo-se de seis para quatro meses sem acusação; de dez para oito meses sem decisão instrutória, quando a haja; de 18 para 14 meses sem condenação em 1.ª instância; e de 24 para 18 meses sem condenação com trânsito em julgado.

Apesar deste encurtamento, houve o cuidado de acautelar as situações em que o arguido já tenha sido condenado em duas instâncias sucessivas, elevando-se nestes casos o prazo máximo da prisão preventiva para metade da pena que tiver sido fixada.

Conclui-se que o novo regime procurou responder às insuficiências diagnosticadas no sistema reforçando a excepcionalidade desta medida de coacção, através da redução dos prazos, por forma a impedir o prolongamento excessivo da prisão preventiva sem que os visados se vejam confrontados com uma acusação ou com uma decisão final.

É preciso lembrar que a prisão preventiva é de longe a mais grave medida de coacção aplicável, devendo por isso ter aplicação apenas a título excepcional, uma vez que está em causa a privação da liberdade de pessoas muitas das vezes inocentes.

Qual a razão que esteve na origem do encurtamento dos prazos de prisão preventiva?

Era por todos reconhecido que o volume de presos preventivos era em Portugal superior à média dos outros países da União Europeia, o que revelava um uso porventura excessivo desta medida de coacção.

Estando em causa um valor essencial como o da liberdade, temos que concentrar todos os esforços no aperfeiçoamento do sistema de investigação e de funcionamento da máquina judicial, impondo-lhe a máxima celeridade na conclusão dos processos. As eventuais insuficiências do sistema não podem ser compensadas à custa do sacrifício dos direitos de defesa dos arguidos.

Em suma, procurou-se combater a inércia do sistema obrigando a que todo o procedimento de investigação e de funcionamento da máquina judicial acelere, uma vez que há pessoas, eventualmente inocentes, que estão privadas da liberdade.

Outro ponto polémico resultou da alegada libertação de alguns presos preventivos, nomeadamente de alguns particularmente violentos. Qual foi afinal o critério?

Ainda bem que me permite desmentir categoricamente essa ideia que foi perpassando pela acção irresponsável de alguma comunicação social.

Com a entrada em vigor do novo Código do Processo Penal, saíram em liberdade menos de 150, de um universo de cerca de 2800 presos preventivos: ou porque aos crimes pelos quais estavam indiciados correspondia uma moldura penal cujo limite máximo não era superior a cinco anos; ou porque o período de prisão preventiva já cumprida excedia os novos prazos fixados.

Quer isto dizer que foram libertados menos de 5% do total dos presos preventivos existentes em Portugal, na sua generalidade porque os crimes pelos quais estavam indiciados eram, à luz da Lei Penal e da Lei Processual Penal, considerados menos graves.

Já na vigência do anterior Código do Processo Penal eram libertados anualmente entre 20 e 30 presos preventivos, sendo certo que a libertação

destes detidos não se traduz no termo do respectivo processo judicial, mas apenas na alteração da medida de coacção aplicada.

Um dos aspectos mais criticados pelos agentes judiciais foi a curta vacatio legis, isto é, o relativamente reduzido período (cerca de 15 dias) que mediou entre a publicação e a entrada em vigor da Lei 49/2007. Têm razão estas críticas?

É preciso explicar que o novo Código do Processo Penal não surgiu de surpresa, nem entrou em vigor sem aviso prévio, e que a generalidade das opções era há muito tempo do conhecimento público. A discussão remonta à data da realização do Congresso da Justiça, realizado na anterior Legislatura.

Há muito que anteprojectos deste diploma estavam em discussão, nomeadamente no âmbito da Unidade de Missão para a Reforma Penal que elaborou um extenso trabalho de apreciação e discussão de todas as normas, procurando integrar os inúmeros contributos que chegaram de todos os intervenientes e operadores judiciários. Acresce que a proposta de lei do Governo deu entrada na Assembleia da República em Dezembro do ano passado e que quer na fase de generalidade, quer na fase de especialidade, foram ouvidas todas as entidades mais significativas do sector da Justiça, nomeadamente: ministro da Justiça, Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Ordem dos Advogados, Associação Sindical dos Juizes Portugueses e Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Acresce ainda outro argumento. É que a entrada em vigor do novo Código do Processo Penal, no dia 15 de Setembro de 2007, teve que ser articulada com a entrada em vigor dos demais diplomas na área da Justiça, nomeadamente com o Código Penal, com a Lei de Política Criminal e com a Lei de combate à corrupção no desporto.

Em matéria penal, não é desejável que a “vacatio legis” se prolongue excessivamente, uma vez que não faria sentido anunciar com grande antecedência a introdução de novos crimes. Tal corresponderia a um sinal errado para a sociedade: apesar de o legislador considerar digna de censura penal uma determinada conduta, esse juízo de valor não produziria efeitos imediatos, pelo que seria possível durante uns meses praticar “livremente” determinados crimes.

O mesmo argumento vale para o Processo Penal, uma vez que o anúncio da diminuição dos prazos da prisão preventiva terá que produzir efeitos imediatos sob pena de violação dos direitos humanos.

Esta peça é um dos elementos do chamado Pacto da Justiça. Em que ponto estamos nessa matéria?

O acordo político-parlamentar para a área da justiça subscrito pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata assumiu uma especial relevância política e institucional, na medida em que permitiu obter um consenso alargado numa matéria estruturante para o Estado de Direito Democrático. Este acordo de incidência parlamentar, para além de se identificar com os princípios definidos no Programa do Governo, apresenta soluções concretas em vários domínios que têm vindo a ser objecto de formalização legislativa de especialidade.

Das nove iniciativas previstas, foram já concluídos os processos legislativos relativos ao Código Penal, Código do Processo Penal, Mediação Penal, Reforma dos Recursos Cíveis e Autonomia do Conselho Superior da Magistratura.

Está em fase de especialidade a proposta de lei que deverá proceder a uma profunda revisão do Regime de Acesso à Magistratura e aguarda-se para breve a entrada na Assembleia da República das propostas de lei respeitantes à reforma da Acção Executiva, à Revisão do Mapa Judiciário e ao Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

O Partido Socialista demonstrou aqui uma vez mais assumir as suas responsabilidades. Penso que se tratou de um bom acordo para os portugueses e para a justiça portuguesa.

A IMPORTÂNCIA DA OPOSIÇÃO

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

“O estado do PSD (e de aliás quase toda a oposição) não pode contudo ser razão para aliviar o caminho de rigor, estabilidade e de reformismo com que o PS tem vindo a mudar Portugal”

NO MOMENTO em que vos escrevo, sabe-se que nas eleições directas que, pela primeira vez o PSD realizou, Marques Mendes, o até agora presidente do partido, foi expressivamente derrotado por Luis Filipe Menezes.

Para quem viva afastado da realidade política portuguesa, a derrota de Marques Mendes não deixa de ser surpreendente. É verdade que a sua estratégia levou à derrota na Câmara de Lisboa – mas antes tinha levado o partido a vitórias importantes quer nas eleições autárquicas quer nas presidenciais de 2006.

Todavia, e apesar disso, os militantes do maior partido da oposição decidiram arrear caminho. Sentindo a falta de uma oposição séria e estruturada, os militantes do PSD decidiram mudar, antevendo que se o não fizessem seriam, em 2009, penalizados pelos eleitores portugueses.

Reconhecera uma oposição de bota-abaixo, sem uma única ideia discutida na campanha interna e que nunca foi capaz de assumir os erros próprios cometidos na governação PSD/CDS-PP e que assim não chegou sequer para convencer os próprios militantes do PSD.

Todavia, as eleições e, muito em especial, a campanha eleitoral interna do PSD, deu-nos algumas certezas. Desde logo a de que o PS é o único referencial de estabilidade política em Portugal e que o PSD é um partido frágil, profundamente dividido e gerador de instabilidade – o que aliás já tinha sucedido na autarquia de Lisboa.

Para os socialistas, o estado do PSD (e de aliás quase toda a oposição) não pode contudo ser razão para aliviar o caminho de rigor, estabilidade e de reformismo com que o PS tem vindo a mudar Portugal. Todas as sondagens e estudos de opinião apontam no sentido de que os portugueses reconhecem, confiam e apreciam a linha de modernização e de recuperação de Portugal.

Cada vez mais e olhando para a situação política de Portugal, constata-se facilmente com uma realidade com duas características: De um lado, uma maioria estável com um programa de acção com objectivos de crescimento, com um Governo que está apostado e sabe resolver os problemas do país.

Do outro lado, as oposições, à esquerda, sem novidades, sem soluções e sem alternativas; e à direita, como vimos, sem uma ideia, sem norte, sem estabilidade, sem credibilidade e sem alternativa.

É preciso manter o rumo!

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

O nosso Governo escolheu de forma clara. Mais tecnologia, antes de mais para proporcionar melhores serviços públicos às empresas e aos cidadãos. É este o melhor caminho para afirmar um projecto político progressista e de esquerda moderna

MAIS RÁPIDOS E MAIS EFICAZES

ENTRE 2005 e 2007, Portugal foi o país que fez mais progressos em termos da qualidade dos serviços públicos disponibilizados às empresas e aos cidadãos através das novas tecnologias de acesso.

Considerando a avaliação da União Europeia (UE), somos hoje o terceiro melhor país da UE em disponibilização desses serviços e os quartos na sua sofisticação. A avaliação da Universidade de Brown nos Estados Unidos é ainda mais favorável, colocando Portugal em segundo lugar em termos europeus e em sétimo lugar em termos mundiais. Em poucos domínios Portugal atingiu esta proeminência europeia e mundial nas últimas décadas.

A importância política, social e económica destes resultados é enorme e transcende em muito qualquer leitura tecnocrática apressada.

Em primeiro lugar, destrói a argumentação de todos os que quiseram fazer crer que o esforço do Governo no domínio tecnológico era sobretudo propaganda. Os resultados não enganam. Em segundo lugar projectam uma imagem de modernidade, decisiva para que Portugal possa ser mais competitivo nos mercados internacionais e mais atractivo para o investimento externo.

É, no entanto, na vida real das empresas e das pessoas que estas evoluções têm mais consequências. Bons serviços públicos "on-line" significam processos de decisão mais racionalizados e transparentes, melhor ambiente concorrencial, instituições mais fortes e maior democracia no acesso aos serviços e às informações de interesse público.

Existe ainda nalguns sectores da nossa sociedade um preconceito de fundamento ideológico contra as novas tecnologias. A verdade é que as tecnologias são instrumentais e aos governos cabe a escolha das prioridades na sua aplicação.

O nosso Governo escolheu de forma clara. Mais tecnologia, antes de mais para proporcionar melhores serviços públicos às empresas e aos cidadãos. É este o melhor caminho para afirmar um projecto político progressista e de esquerda moderna. Fazer o que deve ser feito tendo em conta os valores de referência, e fazê-lo de forma competente, rápida e eficaz.



Modernização administrativa põe Portugal no top do e-Government

NOS últimos dois anos, Portugal subiu 11 posições no "ranking" europeu da disponibilidade dos serviços "on-line", colocando-se hoje no terceiro lugar após Malta e Áustria. Para o primeiro-ministro, José Sócrates, estes dados demonstram que o nosso país está "na linha da frente" em matéria de e-Government graças à vontade e à determinação do Executivo do PS, que definiu a modernização administrativa como prioridade.

A ideia foi vencedora pelo governante, ao falar na sessão de abertura da 4ª conferência ministerial que decorreu em Lisboa, ocasião em que fez referência a um estudo da Comissão Europeia que revela também que o nosso país subiu sete lugares nos "rankings" de 2007 do governo electrónico.

"Este sucesso, reconhecido pela Europa, diz a todos os países que é possível fazer uma modernização da Administração Pública, basta vontade política", frisou Sócrates, recordando a aposta do Executivo no Plano Tecnológico.

O Diário da República Electrónico, a Empresa na Hora e o Cartão Único Automóvel foram os três casos concretos apontados pelo primeiro-ministro para exemplificar que é possível, com "insistência e persistência", modernizar a Administração.

Mas os passos em frente não se ficam por aí. Hoje os portugueses podem sentir-se orgulhosos por se ter atingido, na área da fiscalidade, o nível de 5 de proactividade, graças, entre outros aspectos, ao pré-preenchimento "on-line" das declarações.

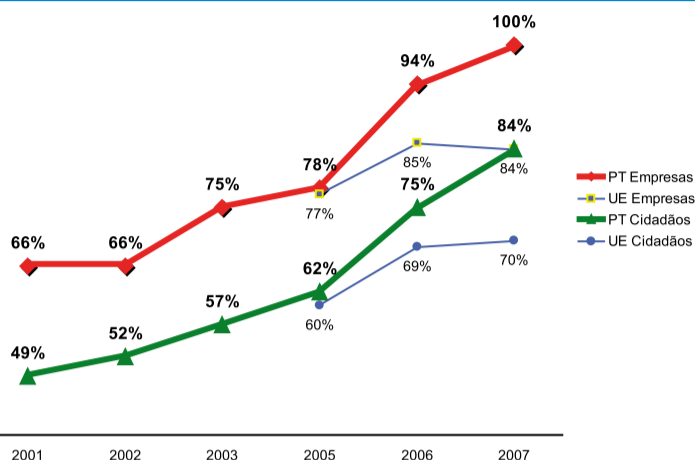
Os motores de pesquisa de emprego (Netempregos), o desenvolvimento no "site" da Polícia Judiciária de um formulário electrónico para apresentação de queixas, bem como o projecto "Esquadra Século XXI", são outros indicadores do alto nível de disponibilidade de serviços portugueses, a par das marcações de consultas "on-line", da solicitação de passaportes via Internet, da obtenção de licenças de construção através do Portal do Cidadão e da operacionalização do site de candidatura ao ensino superior.

Nesta ordem de ideias, José Sócrates salientou na sua intervenção que o "e-Government" é um aspecto crucial da presidência portuguesa da União Europeia e do Executivo português, sustentando que o governo electrónico deve ser uma prioridade.

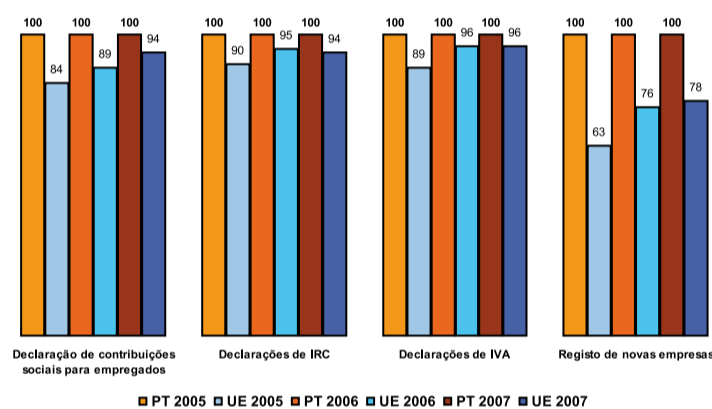
E sublinhou igualmente que o "e-Government" promove o crescimento económico, permite servir melhor os cidadãos e as empresas e incentiva uma cidadania mais inclusiva e mais activa.

Após a sessão de abertura, o primeiro-ministro visitou a exposição da 4ª Conferência Ministerial de

Nível de sofisticação online de serviços dirigidos a cidadãos e empresas



Nível de sofisticação de cada serviço dirigido a empresas



e-Government, acompanhado pelos ministros da Presidência, Pedro Silva Pereira, Justiça, Alberto Costa, Finanças e Administração Pública, Fernando Teixeira dos Santos, e Ciência e Ensino Superior, Mariano Gago.

Por sua vez, Pedro Silva Pereira referiu que o conselho informal de ministros da União Europeia aprovou

por unanimidade uma declaração que consolida e aprofunda a vontade política de avançar na modernização administrativa.

O governante salientou ainda que esta declaração ministerial dá "um impulso político" e constitui um novo estímulo ao desenrolar dos trabalhos da Conferência realizada em Lisboa.

PORTUGAL SOBE SETE LUGARES NO "RANKING" EUROPEU

PORTUGAL subiu sete lugares nos "rankings" de 2007 de governo electrónico promovidos por Bruxelas e já é o terceiro melhor país da União Europeia (UE) na disponibilidade de serviços públicos "on-line", revela um estudo recentemente apresentado.

Este estudo, que vai na sua sétima edição, é promovido pela Comissão Europeia e compara a disponibilidade e sofisticação "on-line" dos serviços públicos dos 27 Estados-membros da UE, sendo a recolha da informação e a análise feita pela consultora Capgemini.

Da comparação feita sobre o estado do governo electrónico (e-Government) nos Estados-membros da UE, resultam dois "rankings", um sobre a disponibilidade de serviços "on-line" e outro sobre o grau de sofisticação desses serviços.

Nos dois "rankings", Portugal avançou seis lugares na lista deste ano, face ao estudo divulgado em Junho de 2006, passando para o terceiro lugar na lista da disponibilidade e ascendendo ao quarto lugar no grau de sofisticação dos serviços.